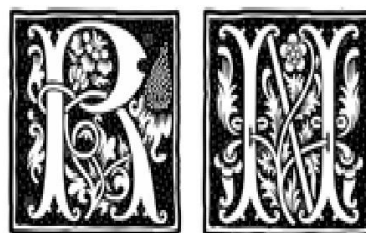


II COHISME

II COLÓQUIO HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NO RN
NATAL (RN), 29 E 30 DE MAIO DE 2018



ANAIS

II Colóquio História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte

Ano 2, Volume 1, Fascículo 1
Natal/RN – 2018

ANAIS

II Colóquio História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte

Realização:



Apoio:



Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Colóquio História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte (2. : 2018 : Natal, RN).

II Colóquio História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte (Cohismem), 29 e 30 de maio de 2018, Natal, Brasil : Anais... / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação. – Natal, RN: Centro de Educação da UFRN, 2018.

93 p.: il.

ISSN 2526-8147

1. História da educação – Congressos. 2. Memória - Educação – Congressos. 3. Rio Grande do Norte - Congressos. I. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. II. Centro de Educação. III. Título.

RN/UF/CCSA

CDU 37(091)(813.2)

Coordenadora:

OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA

Colaboradores:

ALINE CRISTINA DA SILVA LIMA
ANA ZÉLIA MARIA MOREIRA
ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO
ANNA GABRIELLA DE SOUZA CORDEIRO
ANTONIO BASILIO N. THOMAZ DE MENEZES
FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO
FRANCISCO ANDERSON TAVARES DE LYRA
SILVA
FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA
FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA
HELDER ALEXANDRE MEDEIROS DE MACEDO
JUAN CARLO DA CRUZ SILVA

JUCIENE BATISTA FELIX ANDRADE
KARLA KATIELLE OLIVEIRA DA SILVA
KILZA FERNANDA MOREIRA DE VIVEIROS
LAÍS PAULA DE MEDEIROS CAMPOS AZEVEDO
LILIANE DOS SANTOS GUTIERRE
MARIA ANTONIA TEIXEIRA DA COSTA
MARIA DA GUIA DE SOUSA SILVA
MARIA INES SUCUPIRA STAMATTO
MARLUCIA MENEZES DE PAIVA
MARTA MARIA DE ARAUJO
MAX LEANDRO DE ARAUJO BRITO
TANIA CRISTINA MEIRA GARCIA

Alunos Bolsistas:

ANA TEREZA DOS SANTOS ARAUJO
FRANCISCA RAFAELA MIRLYS DA SILVA
INGRID POLIANA SILVA
JESSICA SOUZA MARTINS
LÍGIA PESSOA SILVA
MARCELLY KATHLEEN PEREIRA LUCAS
RITA THAINA CORREIA DA CUNHA
INGRID POLIANA SILVA
JOYCE BRENNNA DA SILVA LIMA
LANUBIA KARLLA OLIVEIRA VALE DE SOUZA
TATIE SILVA CARDOSO DE MOURA

Periodicidade: Anual (Ano 2, Volume 1, Fascículo 1)

II Colóquio História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte

ISSN: 2526-8147

Autor corporativo: Laboratório de História e Memória da Educação – CE/UFRN

Endereço:

CENTRO DE EDUCAÇÃO
Campus Universitário UFRN - Lagoa Nova
CEP 59.072-970 | Natal - RN, Brasil

APRESENTAÇÃO

O campo de pesquisa e estudos em História da Educação tem se consolidado no Brasil e por extensão no Rio Grande do Norte. Fruto do esforço de articulação de grupos de pesquisa vinculados a diferentes Instituições de Ensino Superior do Estado do RN, foram desenvolvidas pesquisas e realizadas atividades de divulgação sobre a história da educação potiguar.

Considerando esse contexto, temos como objetivo principal discutir sobre a produção do conhecimento em história da educação no Rio Grande do Norte, tendo como tema *Como se escreve a história da educação do Rio Grande do Norte?*

Para tanto neste *II Colóquio História e Memória da Educação do Rio Grande do Norte*, de 29 e 30 de maio de 2018, reunimos pesquisadores para socialização e discussão dos resultados de pesquisa sobre temas como: história e historiografia da educação no Rio Grande do Norte; livros, leitura e impressos escolares; instituições escolares e política educacional e intelectuais e projetos educacionais no Rio Grande do Norte.

Boa leitura a todos!

Olivia Morais de Medeiros Neta
Coordenadora

SUMÁRIO

A FUNDAÇÃO DA ESCOLA COOPERATIVA FREINET/NATAL RN. UM NOVO DIRECIONAMENTO PARA A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO RN	14
ADRIANA DE VASCONCELOS CAVALCANTE	14
A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NOS ANOS DE CHUMBO (1964-1985)	15
ALINE CRISTINA DA SILVA LIMA (UFRN)	15
FRANCISCA RAFAELA MIRLYS DA SILVA (UFRN); OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN)	15
O CURRÍCULO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO IMPÉRIO: AS MENINAS NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE	17
ALINE DE MEDEIROS FERNANDES (UFRN)	17
MARIA INÊS SUCUPIRA STAMATTO (UFRN)	17
OS ANOS 1960, A EXPANSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E AS INICIATIVAS DE COMBATE AO ANALFABETISMO NO RIO GRANDE DO NORTE	18
ALINY DAYANY PEREIRA DE MEDEIROS PRANTO (UFRN)	18
A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: UM NOVO OLHAR	19
ALUIZIA DO NASCIMENTO FREIRE (PPGH/UFGD)	19
A APRN EM QUESTÃO: HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO (1920-1989)	20
AMANDA VITÓRIA BARBOSA ALVES FERNANDES (UFRN)	20
MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA (UFRN)	20
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA: MEMÓRIAS DO SUBPROJETO PIBID-HISTÓRIA NA UFRN/CERES (2009-2014)	21
ANA CARLA DE MEDEIROS TRINDADE	21
REFLEXÕES SOBRE A CELEBRAÇÃO DOS 60 ANOS DA UFRN: TESSITURAS ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA	22
ANA TEREZA DOS SANTOS ARAÚJO (UFRN)	22
MARIA INÊS SUCUPIRA STAMATTO (UFRN); OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN)	22
INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE: DE ESPAÇOS COMPARTILHADOS A ESPAÇOS INTEGRADOS (1897/1960)	23
ANA ZÉLIA MARIA MOREIRA (UFRN)	23
MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA (UFRN)	23
PARA INVESTIR É PRECISO ANTES CONHECER: POLÍTICA PÚBLICA DE UNIFORMIZAÇÃO DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (RIO GRANDE DO NORTE, 1931-1933)	24
ANDERSON DANTAS DA SILVA BRITO (UFRN)	24
OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN)	24

O PIBID DE MATEMÁTICA NA UERN/MOSSORÓ: INÍCIO DE UMA HISTÓRIA.....	26
ANELÂNDIA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA (UFRN)	26
LILIANE DOS SANTOS GUTIERRE (UFRN)	26
A LEITURA DAS AÇÕES DO ESTADO-PROVIDÊNCIA NAS MENSAGENS DO GOVERNO POTIGUAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA	27
ANNA GABRIELLA DE SOUZA CORDEIRO (UFRN)	27
MARIA INÊS SUCUPIRA STAMATTO (UFRN)	27
HIGIENISMO, MEDICINA SOCIAL E SUA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	29
ARTHUR BESERRA DE MELO (UFRN)	29
MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA (UFRN); KILZA FERNANDA MOREIRA DE VIVEIROS (UFRN)	29
O ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE: REFLEXÕES A PARTIR DAS OBRAS DE MARIA MARTA DE ARAÚJO E NESTOR DOS SANTOS LIMA	31
ARTHUR CASSIO DE OLIVEIRA VIEIRA (UFRN)	31
ANTONIO MAX FERREIRA DA COSTA (IFRN); OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN)	31
MEMÓRIAS EM DISPUTA: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DO ENSINO DE HISTÓRIA	32
CECIL VINICIUS OLIVAR OLIVEIRA GUERRA (UFRN)	32
UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DOS PRODUTOS EDUCACIONAIS EM ENSINO DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	33
CIDIA PAULA DA COSTA ALVES (UFRN)	33
LILIANE DOS SANTOS GUTIERRE (UFRN)	33
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CEFET-RN E A AÇÃO TEC NEP	34
EVA LÍDIA MANIÇOBA DE LIMA (IFRN)	34
OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN/IFRN)	34
REGULAMENTOS DA ESCOLA NORMAL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS	36
FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO (IFRN)	36
AS DISCIPLINAS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS E O IMPACTO NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	37
FRANCISCA MARILI DE MACEDO FONSECA (ESTÁCIO DE SÁ, NATAL)	37
MAX LEANDRO DE ARAÚJO BRITO (FANEC); GÉSSICA FABRIELY FONSECA (UFRN)	37
EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO: A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RN SOB O REGIME CIVIL-MILITAR... 38	38
FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA (IFRN)	38
A “EDUCAÇÃO ESPETACULAR” NA IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS INTEGRADOS DE ATENDIMENTO AS CRIANÇAS (CIACS) NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO COLLOR. (1990-1992)	39
FRANCISCO TENÓRIO DA SILVA (UFAL)	39
ANDRÉA GIORDANNA ARAÚJO DA SILVA (UNINTER)	39

O COLÉGIO DE SÃO JOSÉ: ECOS DA EDUCAÇÃO CATÓLICA OITOCENTISTA NO RIO GRANDE DO NORTE	40
GENILSON DE AZEVEDO FARIAS (UFRN)	40
A CLASSE MULTISSERIADA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EM PAU DOS FERROS (RN)	41
GERALDA MARIA DE BEM (CRECHE MUNICIPAL SEVERINO DE FREITAS RÊGO)	41
CICERO NILTON MOREIRA DA SILVA (UERN)	41
O ATO ADICIONAL DE 1834 E A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NORTE-RIO-GRANDENSE	42
GILLYANE DANTAS DOS SANTOS (UFRN)	42
MAGISTÉRIO E CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS PEDAGÓGICAS NA CIDADE DO ASSÚ/RN: DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA	43
GILSON LOPES DA SILVA (UFRN)	43
MARLÚCIA MENEZES DE PAIVA (UFRN)	43
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO NORTE: EDUCAR, REABILITAR E SOCIALIZAR	45
GISELENE DE ARAÚJO ALVES (IFRN/UFRN)	45
MARLUCIA MENEZES DE PAIVA (UFRN)	45
O PROJETO LOGOS II NO RIO GRANDE DO NORTE: UM OLHAR PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA	46
GUSTAVO LUCAS SILVA DA COSTA (UFRN)	46
LILIANE DOS SANTOS GUTIERRE (UFRN)	46
A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS CENECISTAS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA	47
IDINARIA FAUSTINO PEREIRA (IFRN)	47
OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN/IFRN)	47
LENINA LOPES SOARES SILVA (IFRN)	47
AS REPRESENTAÇÕES DO ENSINO PÚBLICO NO ARTIGO “ESCOLAS RUDIMENTARES” DE MANOEL DANTAS	48
ISABELA CRISTINA SANTOS DE MORAIS (UFRN)	48
EDUCAÇÃO EM CEARÁ-MIRIM: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA	49
IURY GABRIEL AMORIM DE ARAÚJO (UFRN)	49
MARIA INÊS SUCUPIRA STAMATTO (UFRN)	49
A INSTRUÇÃO NO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA À LUZ DO GOVERNO VARGAS (CAICÓ/RN, 1930-1945)	50
JANAÍNA SILVA DE MORAIS (UFRN)	50
NANAEL SIMÃO DE ARAÚJO; MARIA ARISNETE CÂMARA DE MORAIS (UFRN)	50
AS IDEIAS DE RUI BARBOSA E O ENSINO DE DESENHO NA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL	51
JUAN CARLO DA CRUZ SILVA (IFRN/UFRN)	51
OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN)	51

AS MUDANÇAS NA CARREIRA DOCENTE E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NOS IF: AVANÇOS E RETROCESSOS	52
JULIANA KELLE DA SILVA FREIRE BARBOSA (IFRN)	52
OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN/IFRN)	52
O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NO BRASIL: ENTRE O DELINEAMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL E A CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA	54
KARDENIA ALMEIDA MOREIRA (IFRN/UFRN)	54
OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA; FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA (IFRN/UFRN)	54
O CENTENÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE NA PERSPECTIVA DE NESTOR LIMA: UMA ANÁLISE DA OBRA UM SÉCULO DE ENSINO PRIMÁRIO	55
LAÍS PAULA DE MEDEIROS CAMPOS AZEVEDO (UFRN)	55
OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN)	55
A REPRESENTAÇÃO DE ACRÍSIO DE MENEZES FREIRE NA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE	56
LARISSA MARIA DE MEDEIROS DANTAS (UFRN)	56
MARIA ARISNETE CAMARA DE MORAIS (UFRN)	56
UM RESGATE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM NO RIO GRANDE DO NORTE	57
LÚCIA XAVIER GONÇALVES (IFRN)	57
DANTE HENRIQUE MOURA (IFRN); ADRIANA APARECIDA DE SOUZA (IFRN)	57
A ESCOLA PROFISSIONAL DO ALECRIM: OFICINAS PARA A FORMAÇÃO DOS NORTE RIOGRANDENSES (1922-1957)	58
MARCELLY KATHLEEN PEREIRA LUCAS (UFRN)	58
KARLA KATIELLE OLIVEIRA DA SILVA (UFRN); OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN)	58
ENTRE VESTÍGIOS E REPRESENTAÇÕES: AS DIRETORAS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PRESIDENTE KENNEDY (1952 – 1975)	59
MARIA CLAUDIA LEMOS MORAIS DO NASCIMENTO (UFRN)	59
MARIA ARISNETE CÂMARA DE MORAIS (UFRN)	59
ENTRE O AZUL DO MAR E O VERDE DA MATA, EXISTE UMA ESCOLA PÚBLICA SOCIALMENTE REFERENCIADA	60
MARIA LUCIENE URBANO DE BARROS (UFRN)	60
WALTER PINHEIRO BARBOSA JUNIOR (UFRN)	60
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NATAL E OS 30 ANOS DE HISTÓRIA DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIRETOR DAS UNIDADES DE ENSINO.....	62
MARIA LUCIENE URBANO DE BARROS (UFRN)	62
WALTER PINHEIRO BARBOSA JUNIOR (UFRN)	62
O ARQUIVO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY: UMA MEMÓRIA ESCOLAR DO RIO GRANDE DO NORTE.....	63
MARIZA SILVA DE ARAÚJO (IFESP)	63
FABIANA SENA DA SILVA (UFPB); FRANCISCA DAISE GALVÃO FREIRE (IFESP)	63

"O SLOJD E A FORMAÇÃO MORAL DOS JOVENS"	64
MARLENE FERNANDES RIBEIRO (UFRN)	64
MARIA INÊS SUCUPIRA STAMATTO (IFESP)	64
O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA ESTADUAL PEREGRINO JÚNIOR E AS PRÁTICAS DOCENTES: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA PARA O PRESENTE.....	65
MATHEUS OLIVEIRA DA SILVA (UFRN)	65
CENTENÁRIO DA LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827: UM LUGAR DE MEMÓRIA	66
NARA LIDIANA SILVA DIAS CARLOS (UFRN)	66
LÍGIA SILVA PESSOA (UFRN); OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN)	66
ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA PARA MOÇAS POBRES SEGUNDO A IMPRENSA BRASILEIRA, 1889–1930.....	67
PALLOMA VICTORIA NUNES E SILVA (UFU)	67
JULIANA SANTOS DE OLIVEIRA (UFU); BETÂNIA DE OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO (UFU)	67
ANÁLISE DOS ATOS NORMATIVOS QUE REGEM O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DAS LICENCIATURAS DO IFRN	69
PALOMA FREITAS DA SILVA (IFRN)	69
JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO (IFRN)	69
GRUPOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO NORTE: MAPEAMENTO DE ESTUDOS SOBRE A ESCOLA PRIMÁRIA	70
PAULA LORENA CAVALCANTE ALBANO DA CRUZ (UFRN).....	70
MARIA INÊS SUCUPIRA STAMATTO (UFRN)	70
O REGIME DIDÁTICO NOS REGIMENTOS DAS ESCOLAS DE ENSINO PRIMÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE (1925)	71
RAYSSA CYNTHIA BARACHO LOPES (INSTITUTO BRASIL)	71
MARIA EDUARDA CÂMARA (UFRN)	71
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENGENHEIRO: UM ENFOQUE NAS METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL	72
RICARDO LUIZ PEREZ TEIXEIRA (UNIFEI).....	72
CYNTHIA HELENA SOARES BOUÇAS TEIXEIRA (UNIFEI); MAX LEANDRO DE ARAÚJO BRITO (FANEC)	72
EDUCAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT: UMA TRAMA CONCEITUAL POLÍTICO-FILOSÓFICA FACE A LEI Nº 13.415, QUE RETIROU A OBRIGATORIEDADE DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA 73	
ROBERTO RIBEIRO DA SILVA (UFRN).....	73
POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O CASO DO MOBREAL NO MUNICÍPIO DE RIACHUELO-RN	74
RODRIGO WANTUIR ALVES DE ARAÚJO (UFRN)	74
MARIA INÊS SUCUPIRA STAMATTO (UFRN)	74
FALAS SILENCIADAS: RELATOS DE MULHERES EDUCADORES SOBRE A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER.....	75

ROSELIA CRISTINA DE OLIVEIRA E ROSÁLIA DE FÁTIMA E SILVA (EENB - SEEC/RN)	75
ROSÁLIA DE FÁTIMA E SILVA (UFRN)	75
EDUCAÇÃO OU EVANGELIZAÇÃO? VESTÍGIOS DA ATUAÇÃO DE KATHERINE PORTER EM NATAL	76
SANDRA CRISTINA DA SILVA (SEEC- PE)	76
ENSAIANDO O OLHAR: A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA A PARTIR DA FOTOGRAFIA	77
SARAH DE LIMA MENDES (UFRN)	77
ANTONIO BASILIO NOVAES THOMAZ DE MENEZES (UFRN)	77
O JARDIM DE INFÂNCIA AUREA BARROS: UMA BREVE HISTÓRIA	78
SARAH DE LIMA MENDES (UFRN)	78
UM BREVE ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROJOVEM E SUAS FACES NO BRASIL.....	79
SILVÂNIA FRANCISCA DANTAS (IFRN).....	79
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ NO PERÍODO REPUBLICANO	80
TAINÁ DA SILVA BANDEIRA (UFRN)	80
ANTONIO BASILIO NOVAES THOMAZ DE MENEZES (UFRN)	80
NARRATIVAS DE IDOSOS E A HISTÓRIA EDUCACIONAL DO SERTÃO DO SERIDÓ: ETNICIDADE E EMPODERAMENTO	81
TÂNIA CRISTINA MEIRA GARCIA (UFRN)	81
TULIA FERANANDA MEIRA GARCIA (EMCM-UFRN)	81
CASCUDO E A ESCRITURAÇÃO DE SI: INFÂNCIA E EDUCAÇÃO N’O TEMPO E EU	82
TATIÊ SILVA CARDOSO DE MOURA (UFRN)	82
OLIVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN)	82
ILUMINISMO PORTUGUÊS E INSTRUÇÃO PÚBLICA: AS CONTRIBUIÇÕES DE ANTÔNIO RIBEIRO SANCHES AOS PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII	83
TIAGO SILVA MEDEIROS (UFRN)	83
ANTÔNIO BASÍLIO NOVAES THOMAZ DE MENESES (UFRN).....	83
O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PESSOAL PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE E SEU CAMINHAR NA SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE	84
THAIS PAULO TEIXEIRA COSTA (IFRN)	84
JANETE LIMA DE CASTRO (UFRN); LENINA LOPES SOARES SILVA (IFRN).....	84
INDISCIPLINA EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES: ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E HISTÓRICOS NA CONCEPÇÃO DE PEDAGOGAS.....	85
TUANNY CAVALCANTI LEITE (UFRN)	85
GÉSSICA FABRIELY FONSECA (UFRN); MAX LEANDRO DE ARAÚJO BRITO (FANEC)	85
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E RELIGIOSA: A EXPERIÊNCIA JESUÍTICA NO RIO GRANDE COLONIAL	86
ÚRSULA ANDRÉA DE ARAÚJO SILVA (UFRN)	86
HISTÓRIA DOS MATERIAIS DIDÁTICOS DE ENSINO RELIGIOSO DO RIO GRANDE DO NORTE.....	87

VALDICLEY EUFLAUSINO DA SILVA (UERN)	87
ARACELI SOBREIRA BENEVIDES (UERN)	87
AS MUDANÇAS NA CARREIRA DOCENTE E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NOS IF: AVANÇOS E RETROCESSOS	89
JULIANA KELLE DA SILVA FREIRE BARBOSA (IFRN)	89
OLÍVIA MORAIS DE MEDEIROS NETA (UFRN/IFRN)	89
GENEALOGIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DO RIO GRANDE DO NORTE	91
WGUINEUMA PEREIRA AVELINO CARDOSO (UFRN)	91
LILIANE DOS SANTOS GUTIERRE (UFRN)	91

A FUNDAÇÃO DA ESCOLA COOPERATIVA FREINET/NATAL RN. UM NOVO DIRECIONAMENTO PARA A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO RN

Adriana de Vasconcelos Cavalcante

2) Instituições escolares e política educacional

O Objetivo deste trabalho é descrever como ocorreu a fundação da Escola Cooperativa Freinet de Natal/RN e analisar a visão dos professores fundadores na época de sua criação. A história dessa escola está ligada à fundação da Cooperativa de Professores do Rio Grande do Norte, criada em julho de 1986, que congregou, como sócios, profissionais da educação de nível superior. Estes, interpelando o ensino público vigente, de baixa qualidade, queriam buscar soluções. Portanto, preocupados e, conscientes de que o sistema público escolar brasileiro é consolidado em regras e definições do poder legislativo e que esse sistema usa a escola para direcionar os indivíduos contra os seus próprios interesses, em grande parte alienando-os da função de cidadãos, esses profissionais acreditaram que poderiam dar um novo direcionamento às ações educativas em busca da superação desses problemas, sobretudo ao da qualidade do ensino ministrado, por meio de ações integradas, tendo como prioridade o interesse de classe dos alunos para o crescimento global da sociedade. Para tanto e com base nas questões levantadas pelos professores integrantes da cooperativa, a escola se propõe trabalhar com a materialidade da concepção pedagógica de Célestin Freinet e sua Escola Moderna na relação dialógica que envolve a prática docente e discente. Uma escola na qual convida os professores para repensarem suas práticas pedagógicas a aderirem à proposta de implementação de uma pedagogia popular comprometida com a luta para a construção de uma nova sociedade, pois, segundo FREINET (1966, P 38) “Os educadores devem, sem mais tardar, tornar conscientes dessa desadaptação, realizar o esforço de rejuvenescimento que se impõe, rejeitar os chapelões e as saias pregueadas de uma época que ficou para trás, pôr-se ousadamente à escuta da nova vida, a seu espírito, a suas técnicas, a suas obrigações; parar de desdenhar o futuro em nome de uma rotina que nada mais é o freio perigoso á vida ascendente; atualizar-se”.

Palavras-chave: Educação; Cooperativismo; Escola Moderna; Freinet.

A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NOS ANOS DE CHUMBO (1964-1985)

Aline Cristina da Silva Lima (UFRN)

Francisca Rafaela Mirlys da Silva (UFRN); Olívia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Os anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) foram marcados pela recessão aos direitos civis e a liberdade de expressão. No âmbito educacional as ações dos governos, sob forte influência norte-americana, sinalizavam para a consolidação da Doutrina de Segurança Nacional. Reformar, modernizar e eficiência eram palavras de ordem na legislação educacional deste período. Objetivamos com esse trabalho, analisar as transformações da educação brasileira, partindo da Reforma Universitária, Lei nº 5540/1968 e da Reforma da Educação Básica, Lei nº 5.692/1971. As quais estavam diretamente ligadas ao Ato Institucional nº 5 de 1968, considerado o mais duro golpe da Ditadura, posto que dava plenos poderes aos presidentes militares e permitia suspensão de quaisquer garantias constitucionais que eventualmente resultaram na institucionalização da tortura. A partir dessas reformas, resultaram uma série de normatizações paralelas que aprofundavam a repressão, como o Decreto nº 869/1968, que tornava obrigatório em todos os níveis escolares o ensino de Educação Moral e Cívica (EMC), no Ensino Médio acrescentou-se ainda, a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que visavam a defesa dos princípios “democráticos”, o nacionalismo, o culto a obediência a lei; o Decreto-Lei nº 477/1969, que institucionalizava as punições contra “atos infracionais” praticados por professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares; o Decreto nº 72538/1973, que regulamentava a formação compulsória de técnicos, dentre outros. Vale ressaltar a criação dos Estudos Sociais, que passaram a integrar uma única disciplina com formação prevista em licenciaturas curtas, um duro golpe às ciências humanas. Na Lei 5.692/1971 está previsto no Art. 78 que qualquer profissional diplomado em curso superior, pode assumir o ensino no caso da falta de licenciados habilitados. Usamos o método de análise documental definidos por Júlio Aróstegui, ao tomarmos esses documentos como lugares de memória para escrita da História da Educação, dialogamos também com Pierre Nora e Jacques Le Goff, esse último nos deu as bases para o entendimento das fontes usadas como monumento/documento. Consideramos que as transformações empreendidas na educação compunham o projeto de legitimação dos governos autoritários, coibindo as ações de resistência e solapando o movimento estudantil e que a modernização autoritária primava por um ensino mais eficiente e produtivo, voltado diretamente para a produção de mão-de-obra para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que por meio dos Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) ocorriam uma série de expurgos, prisões e

perseguições aos estudantes e professores. Assim criava-se o espaço adequada para a consolidação da Doutrina de Segurança Nacional e a desarticulação do “avanço do comunismo” no país. Bem como a profissionalização técnica compulsória, que objetivava atender as demandas da industrialização crescente no país.

Palavras-chave: Doutrina de Segurança Nacional; Legislação Educacional; Ditadura Civil-militar.

O CURRÍCULO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO IMPÉRIO: AS MENINAS NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Aline de Medeiros Fernandes (UFRN)

Maria Inês Sucupira Stamatto (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Apresenta a organização da instrução primária pública para meninas nas escolas de primeiras letras da província do Rio Grande do Norte durante o Império brasileiro. Teve-se como problemática: qual o currículo que fundamentou as práticas pedagógicas voltadas para a aprendizagem das meninas nesse contexto? O objetivo foi analisar o conteúdo instrucional e as expectativas de aprendizagem para meninas previstas nos atos legislativos do Rio Grande do Norte. O período delimitado para o estudo (1822-1889) compreende a formação do Estado nacional brasileiro e a necessária criação de instituições e do ordenamento jurídico para a nova nação que ainda contava com uma sociedade escravocrata e com uma instrução pública que atingia a uma minoria. No âmbito desta apreciação, orientamo-nos pela observação e análise dos dispositivos que nortearam o aparelhamento da escola primária norte-rio-grandense, considerando a natureza e intencionalidade da legislação educacional. A fundamentação pautou-se nas abordagens de Augusto Tavares de Lyra (2008), Luis da Câmara Cascudo (1955), Jacques Le Goff (1994), Leslie Maria José da Silva Rama (1987) e Maria Inês Sucupira Stamatto (1996) e (2012) sobre as percepções de História, legislações do ensino e educação norte-rio-grandense. Verificou-se que a regulamentação do estado indicou diferenciações por gênero na instrução primária, incluindo para as meninas o ensino de prendas domésticas e a limitação do ensino da disciplina Aritmética. O regulamento da criação de cadeiras mistas, para ambos os sexos, somente foi instituído no fim do Império.

Palavras-chave: Instrução Primária; Educação feminina; Império brasileiro.

OS ANOS 1960, A EXPANSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E AS INICIATIVAS DE COMBATE AO ANALFABETISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

O objetivo deste trabalho é analisar o que possibilitou o desenvolvimento de iniciativas para o combate ao analfabetismo no Rio Grande do Norte, com ênfase nos movimentos de educação popular promovidos durante a década de 1960. Esta discussão não se restringe apenas aos fatores locais, mas dialoga com o contexto nacional e internacional, reconstruindo o cenário da educação popular no RN, durante os anos 1960. Para tanto, fizemos uso de um processo de revisão bibliográfica, utilizando autores clássicos na história da educação, como Vanilda Paiva e Dermeval Saviani, além de outros que produziram obras de história e memória sobre movimentos de educação popular locais, como Moacyr de Góes e José Willington Germano. Além destes autores, revisamos outros trabalhos acadêmicos que abordam a temática da educação popular no RN, a exemplo das teses de Rodrigo L. Ribeiro Gomes e Maria Elizete Guimarães Carvalho. Pudemos perceber que a educação popular no RN seguiu o impulso do pensamento voltado ao nacional-desenvolvimentismo que vinha se ampliando pelo país desde a década anterior e esteve diretamente relacionada à expansão dos movimentos sociais e ao avanço de governos populares. Além disso, havia também a influência direta de grupos ligados à Igreja Católica. A junção desses fatores possibilitou o surgimento de movimentos de educação popular voltados a combater o analfabetismo através de estratégias diversas. Dentre os vários movimentos, destacamos a atuação do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, do Movimento de Educação de Base (MEB) ligado à Igreja Católica, do Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), do Sistema Paulo Freire, das 40h de Angicos, da Fundação Campanha Popular de Educação da Paraíba (CEPLAR) e da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. Esta última reorganizou a rede de ensino da capital potiguar no início dos anos 1960, se ampliando para o interior já nos últimos momentos da Campanha, que foi bruscamente interrompida pelo Golpe Militar de 1964. A instauração do Regime Militar a partir de 1964 freou a maior parte desses movimentos, ou os descaracterizou. Mesmo com vida curta, eles promoveram mudanças no modo de pensar a educação popular e foram fruto do contexto histórico em que estavam inseridos.

Palavras-chave: História; Memória; Educação; Movimentos de educação popular; Analfabetismo.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: UM NOVO OLHAR

Aluizia do Nascimento Freire (PPGH/UFGD)

2) Instituições escolares e política educacional

O presente artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais executadas pelo Ministério da Educação (MEC), durante o governo Dilma Rousseff, analisando o papel desempenhado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), bem como analisar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Profissional da Educação (FUNDEB). Para tanto utilizou-se a metodologia baseada na análise documental do curso formação pela escola promovido pelo Ministério da Educação, bem como, o material distribuído para estudo pelo MEC, intitulado competências básicas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Assim visa observar como essas políticas foram sendo efetivadas na cidade de Ruy Barbosa, no interior do Estado do Rio Grande do Norte (RN), bem como, são distribuídas com objetivos de melhorias do ensino público nos municípios. Chegamos à conclusão que as políticas públicas, nesses municípios não apresentam resultados positivos como deveriam ser, uma vez, que os resultados obtidos são negativos, quando se trata de melhoria da qualidade dos serviços oferecidos a escola e principalmente quando se trata de cumprir a lei do piso nacional aos professores e professoras.

Palavras-chave: Políticas Públicas; FNDE; FUNDEB.

A APRN EM QUESTÃO: HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO (1920-1989)

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes (UFRN)

Marlúcia Menezes de Paiva (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Este trabalho é um recorte dos resultados de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em pedagogia intitulado: “Associação de Professores do Rio Grande do Norte: a escrita de uma história”, que buscou conhecer a história e o funcionamento da Associação de Professores do Rio Grande do Norte/APRN durante os anos de 1920 a 1989, período de fundação e desativação dessa entidade. Para realização desse, fizemos pesquisas nos acervos da Biblioteca Central Zila Mamede- BCZM/UFRN, da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas-CCSA/UFRN e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte/SINTE-RN. Nesses acervos, recorremos a diferentes fontes: Dissertações, Leis, Jornais, a revista Pedagogium, entrevistas e livros que nos auxiliaram na compreensão da instituição estudada. As fontes permitiram refletir sobre os acontecimentos educacionais a partir de determinada realidade social construída (CHARTIER, 1990). Instalada em 04 de dezembro de 1920, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, pretendia desempenhar papel significativo no ensino do RN, considerando que seus objetivos eram de combater ao analfabetismo e promover a classe de professores. A instituição foi dirigida por conselhos diretores, formado pelos professores associados. Até sua desativação, a APRN participou da criação de Grupos Escolares, Escolas Rudimentares, instituições que acolhiam o professorado norte rio-grandense, a exemplo da Casa do Professor, também criou a Faculdade de Filosofia, uma instituição de Ensino Superior. A transformação de Associação de Professores em Sindicato de Trabalhadores em Educação marca o encerramento dessa instituição que teve papel preponderante na sociedade, uma vez que aglutinava profissionais da educação num contexto de discussões em torno do ensino no RN.

Palavras-chave: História da Educação; Associação de Professores; Professores.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA: MEMÓRIAS DO SUBPROJETO PIBID-HISTÓRIA NA UFRN/CERES (2009-2014)

Ana Carla de Medeiros Trindade

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Nossa comunicação, tem por finalidade discutir e apresentar os resultados do nosso estudo de dissertação, que teve por finalidade investigar a formação de professores de história com base nas experiências do Subprojeto PIBID-História na UFRN entre 2009-2014, tivemos por objetivo analisar como os coordenadores do subprojeto PIBID-História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Campus; Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) entre os anos de 2009 à 2014, pensaram e planejaram as atividades dos bolsistas de Iniciação a Docência, tendo a escola como espaço de formação. Com isso, objetivamos identificar as trajetórias de planejamento, organização e desafios em uma formação que tem por base os elos colaborativos Universidade e Escola. A saber, o PIBID está presente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde 2007. Contudo, só a partir de 2009, o Campus Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) passou a ser contemplado com o programa, logo, o curso de licenciatura em história sendo inserido. Nosso lócus de investigação encontra-se localizado na cidade de Caicó no Rio Grande do Norte - RN. Como critério de análise, identificamos dois momentos do subprojeto, que denominamos de coordenação I 2009-2011 e coordenação II 2012-2014. Essa divisão é justificada, pelo período cada coordenador permaneceu no Subprojeto. Utilizamos para nossas análises a metodologia de pesquisa qualitativa, com estudo das fontes documentais acerca do Programa em âmbito nacional e local, ou seja, editais, regulamentos, portarias, decretos, relatórios, estudos que dizem respeito as suas normas e organização, bem como fontes do “Arquivo histórico digital PIBID-História UFRN/CERES 2009-2015”. E de fontes orais, estas, entrevistas feitas com dos ex-coordenadores do PIBID.

Palavras-chave: Ensino de História; Formação de Professores; PIBID; UFRN; Políticas Públicas.

REFLEXÕES SOBRE A CELEBRAÇÃO DOS 60 ANOS DA UFRN: TESSITURAS ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

Ana Tereza dos Santos Araújo (UFRN)

Maria Inês Sucupira Stamatto (UFRN); Olívia Moraes de Medeiros Neta (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Em 2018, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) comemora 60 anos de fundação. Neste contexto, a finalidade deste trabalho é refletir sobre a celebração dos 60 anos da UFRN, analisando a história das celebrações escolares e buscando compreender as práticas desta cultura. Esta celebração seria uma mostra sobre a cultura escolar da UFRN? De qual forma ela contribui com a constituição do campo educacional? Até que ponto a instituição pode influenciar ou ser influenciada socialmente a partir do uso das celebrações? Para tais respostas, utiliza-se de análise documental e bibliográfica nos acervos físicos e virtuais disponibilizados pelos Repositórios institucionais da UFRN, notadamente os do Laboratório de História e Memória da Educação da UFRN (LAHMED). Para tanto, faz-se uso dos entendimentos de documento-monumento e memória para Le Goff e lugares de memória para Pierre Nora. Na análise atentamos às celebrações de aniversário de fundação na UFRN; identificamos a trajetória da universidade no período da sua criação em 1958 até os dias atuais, considerando seu contexto histórico social e cultural; e mapeamos documentos e fotografias com fins de análise da memória construída nas vivências e experiências durante as décadas que abrangem esta pesquisa. Os estudos acerca de celebrações e comemorações na UFRN demonstram diferentes significados no contexto histórico educacional. e, a partir de uma análise crítica, verificou-se que a celebração desta data é um elemento característico e fundamental da identidade social da instituição, podendo ser identificada como um ritual de comunicação para com a sociedade.

Palavras-chave: Celebração. Universidade. História da Educação. Memória.

**INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE:
DE ESPAÇOS COMPARTILHADOS A ESPAÇOS INTEGRADOS (1897/1960)**

Ana Zélia Maria Moreira (UFRN)

Marlúcia Menezes de Paiva (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Constitui este trabalho, em uma das etapas de nossa investigação de doutorado, tendo como objetivo identificar os espaços de funcionamento de instituições de formação de professores primários do Rio Grande do Norte, inscritas no processo de normatização do Ensino Normal brasileiro, entre os finais do século XIX e as seis primeiras décadas do século XX. Utiliza-se Demerval Saviani (2007), numa perspectiva de reconstituição histórica das instituições de formação docente; Magalhães (2004), o conceito de instituição educativa; os estudos de Aquino; Medeiros Neta(2008); Monarca(1999); Moreira(2005); Kulesza et al.,(2009); iconografia, instrumentos legais educacionais vigentes e mensagens governamentais. Assimila-se neste quadro analítico, o predomínio de nomadismo das instituições de Ensino Normal oficial, por instalarem-se em diferentes imóveis e lugares nas cidades potiguares, prevalentemente pela indisponibilidade de edificação própria e adequada para essas instituições educativas. Outro aspecto, decorrente desse processo, a prevalência do funcionamento em regime de compartilhamento de espaços com outras instituições escolares ou não escolares. Tais circunstâncias assemelham-se a maioria das instituições brasileiras de formação docente, constituindo parte da história dessas instituições educativas.

Palavras-chave: Instituição educativa; espaço escolar; formação docente.

PARA INVESTIR É PRECISO ANTES CONHECER: POLÍTICA PÚBLICA DE UNIFORMIZAÇÃO DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (RIO GRANDE DO NORTE, 1931-1933)

Anderson Dantas da Silva Brito (UFRN)

Olívia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Em dezembro de 1931, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação contando com o patrocínio do Ministério de Educação e Saúde, criado em 1930, promoveu a Quarta Conferência Nacional de Educação, objetivando colocar em pauta os temas relativos à educação no Brasil. Um dos temas problematizados na Conferência de 1931 foi o da uniformização das estatísticas educacionais, uma vez que possibilitava ter maior conhecimento sobre a realidade da Educação no Brasil. Neste contexto, o presente trabalho analisa a política pública para uniformização das estatísticas educacionais no Brasil, especificamente no Estado do Rio Grande do Norte (1931 a 1933), e tem como objetivo entender como essa política possibilitou o conhecimento da realidade da educação primária no Rio Grande do Norte. A temporalidade escolhida compreende uma periodização relativa ao Governo Provisório (1930-1934) chefiado por Getúlio Dornelles Vargas. O Estado do Rio Grande do Norte foi representado na Conferência de 1931 pelo Diretor do Departamento de Educação, professor Amphilóquio Carlos Soares da Câmara. O trabalho é orientado pelas discussões teóricas sobre políticas públicas para a educação primária e estado federativo de acordo com Carlos Roberto Jamil Cury (2001; 2007; 2010 e 2014), se insere no domínio da História Política problematizada por René Rêmond (1996), que possibilitou análises estatísticas sobre políticas que ajudam a reconstituir parte da história da educação. As fontes são leis, decretos e estatísticas publicadas no Jornal A República, as quais foram analisadas considerando os métodos da Pesquisa Histórica orientados por Jörn Rüsen (2010) e Júlio Aróstegui (2006) e da História Cruzada, por Michael Werner e Bénédicte Zimmermann (2003). Pelo direcionamento teórico e metodológico da análise das fontes, constatou-se que para aquele momento de estruturação de uma Nova República, os investimentos requeridos para o desenvolvimento da educação no Brasil necessitavam de um levantamento prévio de sua realidade, só possível através do conhecimento estatístico construído em colaboração dos entes federativos – União, Estados e Municípios. De posse dos números uniformizados da educação de cada estado e de seus municípios, a União passaria a ter condições de identificar quais eram as principais necessidades e assim, empreender as políticas públicas que gradualmente iriam dando respostas às questões relativas a educação brasileira. As primeiras estatísticas relativas ao Rio Grande do Norte que foram sistematizadas conforme o Convênio Nacional para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas

educacionais, corresponderam ao ano de 1931 e só foram publicadas no jornal local A República em julho de 1933.

Palavras-chave: Políticas públicas; Estatísticas educacionais; Educação Primária; Estado federativo; Rio Grande do Norte.

O PIBID DE MATEMÁTICA NA UERN/MOSSORÓ: INÍCIO DE UMA HISTÓRIA

Anelândia Maria da Conceição Silva (UFRN)

Liliane dos Santos Gutierre (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de Mestrado, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências Exatas e Natural (PPGECNM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Nosso objetivo é registrar uma história acerca das ações realizadas por aqueles que fizeram parte do subprojeto PIBID de Matemática da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no período de 2009 a 2016, buscando identificar se houve contribuições desse projeto para a formação inicial dos professores que dele participaram e para a formação continuada dos professores das escolas conveniadas. Como parte de nossa metodologia nos apoiamos na História Cultural, uma vez que “é a tentativa de compreender as práticas culturais e as relações estabelecidas com o contexto em que se vive”. (CHARTIER, 1990). Remetemo-nos a estudos de autores, a exemplo de Le Goff (1994), que ressaltam o que é documento e como devemos tratá-los, pois analisamos os editais lançados neste período de tempo e os relatórios semestrais realizados pela coordenadora do projeto. Além disso, realizaremos entrevistas semiestruturadas (LAVILLE; DIONNE, 1999) a fim de fazer uma triangulação entre os documentos (nossas fontes escritas) e nossas fontes orais. O subprojeto de Matemática contou com a participação da coordenadora de área, professora Maria de Socorro Aragão Paim; com bolsistas, os chamados pibidianos, com alunos voluntários, com uma coordenadora de área, professora Graciana Ferreira Dias, que era locada no departamento de Matemática e Estatística (DME) da UERN, além de dois professores de Matemática, um do Ensino Médio da escola Centro Educacional Integral Professor Eliseu Viana (CEIPEV) e o outro da Escola Estadual professor José de Freitas Nobre (EEPJFN). Todos os citados acima estão em nosso rol de entrevistados. Por fim, nessa comunicação, ainda não apresentaremos os resultados da pesquisa, pois, como falamos anteriormente, ela está em andamento e as entrevistas ainda serão realizadas, mas é nosso desejo socializar o estudo que estamos realizando apontando a importância desse trabalho para a História da Educação Matemática, em especial para história do ensino de Matemática no Estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: UERN. PIBID. Formação de professores.

A LEITURA DAS AÇÕES DO ESTADO-PROVIDÊNCIA NAS MENSAGENS DO GOVERNO POTIGUAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Anna Gabriella de Souza Cordeiro (UFRN)

Maria Inês Sucupira Stamatto (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

A atuação do Estado no âmbito educacional, durante a Primeira República, pode ser lida através das discussões contidas nas Mensagens de Governo, como também nos Relatórios da Diretoria Geral da Instrução Pública/Departamento de Educação, anexos aos referidos documentos. Nesse cenário, o Rio Grande do Norte viveu forte influência dos ideais do Estado-Providência, onde a instrução pública figurou como uma das principais medidas adotadas para a realização de um novo processo civilizador, pautado nos ideais positivistas de ordem e progresso, conforme Alfredo Bosi. O corpus documental estudado pertence à categoria das fontes históricas oficiais, de modo que as Mensagens do Governo foram percebidas enquanto produto da Elite Cultural que governava o Estado. Para Jean-François Sirinelli, as Elites Culturais são dotadas de poder, influência e notoriedade, elementos que são favorecidos pela participação política, o que confere a este estrato social uma identidade. Assim, entende-se que os Presidentes do Estado e os Diretores Gerais da Instrução Pública/Diretores do Departamento de Educação são os personagens que melhor representam as Elites Culturais no RN. Nesse sentido, objetiva-se analisar a atuação do Estado-Providência no desenvolvimento do ensino na Primeira República, a partir das discussões da Elite Cultural presentes nas Mensagens anuais da administração pública potiguar. Em um primeiro momento, é perceptível que a instabilidade política vivenciada nos primórdios do período republicano afetou, diretamente, o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a educação. O ensino ofertado foi duramente criticado, sendo correntemente acentuado que este não condiz com os esforços do Estado e da Diretoria Geral da Instrução Pública, o que justificou a dissolução da antiga Diretoria, que existia no RN desde o Período Imperial. Entretanto, foi observado que a partir do ano de 1907, este panorama começa a se transformar com a autorização para a Reforma do Ensino, a Diretoria Geral da Instrução Pública é reabilitada e foram criados os Grupos Escolares, o que fomentou um novo impulso progressista que resultou na consolidação da cultura escolar no Rio Grande do Norte, de acordo com os moldes propostos por Dominique Julia. Já no último ano estudado, o ensino foi aclamado pela sua eficiência. Com base na análise dos documentos, nota-se que as Mensagens Governamentais tratam da totalidade dos assuntos referentes à educação, abordam desde a necessidade de elaboração/reelaboração das legislações educacionais, a situação das matrículas e frequências, a importância da inspeção do ensino, os Conselhos Escolares, a atividade docente e seus vencimentos, a situação de todas as modalidades de ensino

ofertado, o dever patriótico das instituições escolares, o orçamento destinado para a instrução, as estatísticas do ensino, dentre outros. Por fim, conclui-se que nas falas das Elites Culturais governantes, a situação da educação ofertada pelo Estado evoluiu consideravelmente no decurso da Primeira República, graças à ação decisiva do Estado-Providência.

Palavras-chave: Instrução Pública; Estado-Providência; Elites Culturais; Mensagens do Governo.

HIGIENISMO, MEDICINA SOCIAL E SUA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DA EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Arthur Beserra de Melo (UFRN)

Marlúcia Menezes de Paiva (UFRN); Kilza Fernanda Moreira de Viveiros (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Este estudo tem como objetivo principal conhecer a forma pela qual o higienismo e a medicina social tem sido abordadas na produção historiográfica da educação do Rio Grande do Norte (RN). Além disso, tivemos outros objetivos: fazer um levantamento bibliográfico das produções locais da História da Educação que abordam a medicina social e o higienismo; assim como identificar nesses trabalhos enfoques teóricos metodológicos empregados nessas pesquisas; mapear as fontes históricas utilizadas neste tipo de pesquisa. Para melhor orientar este estudo necessitamos problematizar o nosso objeto com os questionamentos: De que tipo são trabalhos produzidos? Quais correntes de pesquisa histórica são utilizadas? Quais foram as fontes analisadas? De que tipo foram as dificuldades de pesquisa mencionadas nesses trabalhos? Para este estudo, a metodologia utilizada se dividiu em dois momentos, inicialmente, foi feito um levantamento bibliográfico de forma online nos sistema de bibliotecas e repositórios da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, buscando pelo termos “higienismo”, “higiene” e “medicina social”, onde foram selecionados os trabalhos da área de história da educação. Posteriormente, foi feita uma análise observando os seus títulos, resumos, palavras chaves, lista de fontes históricas e referências bibliográficas. Nessa pesquisa, utilizamos como referencial teórico metodológico a discussão sobre o campo da história e de pesquisa histórica de BARROS (2015; 2017); a construção do campo da História da educação no Brasil de VIDAL e FARIA FILHO (2003; 2005); sobre a pesquisa em História da Educação a partir de NUNES (1992), MONARCHA (2007), GALVÃO e LOPES (2010); a discussão do higienismo, campo médico e educação no início da república brasileira de NUNES, HERSCHMANN e KROFF (1996), GONDRA (2003, 2004); e sobre a medicina social no Brasil a partir de MACHADO(1978). Os resultados das primeiras análises mostram que a maioria dos trabalhos se enquadram dentro da corrente da História Cultural, a maior parte, cerca de dois quintos, são dissertações de mestrado. As fontes históricas mais utilizadas foram documentos oficiais impressos, como jornais de época, legislação, obras fac-similares de autores do período estudado, e fotografias. O maior problema das pesquisas são o acesso as fontes, dificuldade essa comum a todos que fazem trabalhos de história no RN. A partir dessas análises, podemos perceber uma sintonia desses trabalhos com a maioria das obras acadêmicas na área da História da Educação. Esperamos que com esse estudo possamos contribuir com a discussão sobre a produção historiográfica da educação e a evolução desse campo de estudo no RN.

Palavras-chave: Historiografia da Educação; Medicina Social; Higienismo.

O ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO NORTE: REFLEXÕES A PARTIR DAS OBRAS DE MARIA MARTA DE ARAÚJO E NESTOR DOS SANTOS LIMA

Arthur Cassio de Oliveira Vieira (UFRN)

Antonio Max Ferreira da Costa (IFRN); Olivia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

A história da educação do Rio Grande do Norte tem sido escrita e reescrita sob diversos olhares e perspectivas. Cada obra, para além de suas contribuições analíticas, traz de maneira direta ou indireta, ocasional ou intencional, a visão de mundo do seu autor, o seu lugar de fala e a maneira como este concebe o passado educacional. O presente trabalho tem como objetivo tecer reflexões sobre o processo de escrita da história da educação norte-rio-grandense, especificamente o ensino primário, do Império à Primeira República, a partir das obras de dois intelectuais, a saber: Maria Marta de Araújo e Nestor dos Santos Lima. Trabalhamos com a dissertação de mestrado produzida pela primeira, intitulada “Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte: da colônia à Primeira República”, defendida na UNICAMP/SP no ano de 1979. Com relação à esta obra, enfatizamos os capítulos II, III e IV, referentes ao nosso recorte temporal. Já com relação a Nestor Lima, examinamos o livro intitulado “Um século de ensino primário”, produzido no ano de 1927 em comemoração ao centenário da lei de 15 de outubro de 1827, que visava a organização do ensino primário e a criação de escolas nas principais cidades e vilas do Império. Relacionamos os dois autores partindo das discussões de Michel De Certeau em “A escrita da História”, produzindo uma análise historiográfica atentando às fontes que utilizaram, à forma e à intenção de sua escrita, bem como o lugar ocupado por cada autor e suas filiações intelectuais. Por fim, dialogamos também com o sociólogo Pierre Bourdieu, no tocante aos conceitos de campo e habitus, a fim de melhor compreender as relações imbricadas no processo de escrita da história e produção de um campo relativo à história da educação do Rio Grande do Norte. Esta discussão nos leva, portanto, a observação de diferentes olhares sobre o passado educacional do estado, que são orientados pelo lugar de fala de cada autor, bem como pela intencionalidade de seus trabalhos e suas relações sociais e intelectuais no processo de escrita da história da educação norte-rio-grandense.

Palavras-chave: História da Educação; Ensino Primário; Intelectuais; Historiografia.

MEMÓRIAS EM DISPUTA: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DO ENSINO DE HISTÓRIA

Cecil Vinicius Olivar Oliveira Guerra (UFRN)

3) Intelectuais e projetos educacionais no Rio Grande do Norte

O objetivo deste trabalho é analisar como se constituiu o ensino de história como um campo de pesquisas no Brasil partindo das memórias dos próprios pesquisadores que participam desse campo. O estudo faz parte de uma investigação mais ampla que analisa o campo do ensino de História em todas as regiões brasileiras. Neste trabalho, estuda-se, especificamente, a região Nordeste e foram trabalhados exclusivamente profissionais que atuam nessa região. As principais fontes investigativas foram entrevistas orais realizadas com sete professores que, durante a sua trajetória, tiveram ou ainda têm como objeto de estudo o ensino de História. O trabalho já realizado analisa a transcrição das entrevistas realizadas com pesquisadores que trabalham nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Além disso, cria um quadro comparativo entre as percepções dos entrevistados. Analisaram-se os relatos orais dos pesquisadores, buscando compreender as sensibilidades (As razões que levaram o pesquisador a se interessar pelo campo, as motivações pessoais para a produção de obras) envolvidas no processo de constituição do campo de Ensino de História. Na condição de trabalho de história oral, as reflexões teóricas de Portelli (2006) sobre as sensibilidades foram importantes. Preliminarmente, descobriu-se as seguintes questões: 1) Há discordâncias políticas no que se refere à existência de um campo de Ensino de História no Brasil e no Nordeste; 2) Há concordância entre os pesquisadores do ensino de história no Nordeste, que ainda consideram as pesquisas do Ensino de História, realizadas na região, como sendo marginais se inseridas em âmbito nacional; 3) A existência do campo pode ser visualizada a partir da ausência de unidade teórica e metodológica nos trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Palavras-chave: História Oral; Disputas de Memória; Ensino de História.

UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DOS PRODUTOS EDUCACIONAIS EM ENSINO DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Cidia Paula da Costa Alves (UFRN)

Liliane dos Santos Gutierre (UFRN)

3) Intelectuais e projetos educacionais no Rio Grande do Norte

Este artigo tem como propósito mostrar os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar os Produtos Educacionais elaborados pelos egressos do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, na área de Ensino de Matemática, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nossa escolha metodológica foi uma pesquisa bibliográfica, buscando no repositório da referida instituição as dissertações realizadas nos anos de 2004 a 2017 e também foi uma pesquisa documental, à medida que analisamos as dissertações como documento/monumento. Em nossa análise, criamos categorias, a partir dos referenciais que deram sustentação teórica às produções.

Palavras-chave: Mestrado Profissional; Produto educacional; Ensino.

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CEFET-RN E A AÇÃO TEC NEP

Eva Lúcia Maniçoba de Lima (IFRN)

Olívia Morais de Medeiros Neta (UFRN/IFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Contemporaneamente à mudança de institucionalidade da então Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), para Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), foi instituída nacionalmente a ação TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (BRASIL, 2000). Inserido neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar as principais ações institucionais realizadas no âmbito do CEFET-RN, em consonância com as orientações do Programa TEC NEP no período compreendido entre os anos de 1999 e 2007. Trata-se de uma pesquisa exploratória realizada por meio de análise documental e revisão bibliográfica a partir dos estudos de Alencar (2017), Cunha (2016) e Musse (2005). O TEC NEP foi resultado de uma ação articulada entre a então denominada Secretaria de Educação Especial (SEESP) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SECADI), com o intuito de efetivar a proposta de uma educação para todos (UNESCO, 1994), favorecendo a inclusão de sujeitos com deficiência, também na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A revisão bibliográfica apontou as principais ressonâncias deste Programa nas políticas e ações institucionais do CEFET-RN, concebidas a partir de então. Como resultado desta investigação, é possível destacar o pioneirismo do curso de joalheria e artesanato mineral, em cujas turmas já haviam estudantes com deficiência; a criação e efetivo exercício do Núcleo de Inclusão tendo em vista a garantia de espaços institucionais para discussão de questões voltadas para a educação inclusiva, como a implementação de cotas para pessoas com deficiência nos processos seletivos da Instituição; promoção de eventos periódicos como os Seminários de Educação inclusiva e atividades de caráter formativo como o Projeto de extensão intitulado: Programa de Formação continuada de docentes para um sistema educacional inclusivo e o curso de formação acerca de estratégias metodológicas para o ensino de tema de geociências na educação básica para alunos com deficiência visual. Torna-se, assim, evidente a existência de ações institucionais que envolviam tanto o público interno quanto o público externo, na discussão de questões voltadas para a inclusão de Pessoas com deficiência no quadro discente do CEFET-RN em consonância com os principais objetivos do Programa TEC NEP na criação de uma cultura de formação para a cidadania, respeito à diversidade e quebra de barreiras atitudinais, arquitetônicas e educacionais, no sentido da efetivação de direitos

e garantia de oportunidades equânimes a todos, também no âmbito da educação profissional.

Palavras-chave: Política educacional; Inclusão; Pessoas com deficiência; Educação profissional.

REGULAMENTOS DA ESCOLA NORMAL: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Francinaide de Lima Silva Nascimento (IFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Este texto evidencia aproximações e distanciamentos entre os regulamentos de Escolas Normais, instituições destinadas à formação de professores primários em fins do século XIX e início do século XX, buscando traçar um quadro compreensivo da formação dos mestres primários a partir de aspectos normativos. Analisamos os Regulamentos das Escolas Normais de Natal, da Paraíba, do Ceará e de Pernambuco, disponíveis em arquivos públicos, bem como a legislação educacional dos estados em análise e as pesquisas que colocam as referidas instituições como objetos de estudo. Elencamos como autores para análise Cavalcante (2010), Kulesza (2006), Morais e Silva (2013), Nóvoa (1995), Peixoto (2006), Silva (2009), Ossenbach (1997), dentre outros. A Escola Normal era uma das principais instituições educativas no período em análise, responsável pela formação dos professores e, também, por estruturar o ensino primário no Brasil pelas relações ensejadas entre o ensino normal e primário. Nesse sentido, é evidente o padrão semelhante aos diversos sistemas de educação dos estados, a despeito da autonomia legal destes, permeados por intercâmbios de experiências frequentes de forma sistemática, sobretudo, a partir da década de 1920. Cabe, portanto, a análise da estruturação e evolução dos Programas de Ensino destinados ao Curso Normal, com enfoque nos ensinamentos de cunho pedagógico. Além disso, a partir desse estudo investigar as representações do professor primário, em atendimento às normas e regulamentos estabelecidos pela legislação vigente.

Palavras-chave: História da Educação; Formação de Professores; Escolas Normais.

AS DISCIPLINAS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS E O IMPACTO NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Francisca Marili de Macedo Fonseca (Estácio de Sá, Natal)

Max Leandro de Araújo Brito (FANEC); Géssica Fabriely Fonseca (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

A história da educação é uma área de conhecimento relevante para a formação docente, pois está presente desde o início dos cursos de licenciatura, procurando oferecer uma formação mais abrangente para professores. Os currículos das Escolas Normais apresentavam conhecimentos relativos a História da Educação para a formação de professores, e atualmente tais conhecimentos são abordados em componentes curriculares obrigatórios nos cursos de licenciatura. O reconhecimento dos fatores históricos sobre as mudanças no mundo de trabalho com relação aos professores na sua profissão e área de atuação. O objetivo desse trabalho é apresentar um panorama dos estudos dos últimos 10 anos em periódicos científicos nacionais sobre história da educação nas instituições de Ensino Superior brasileiras e suas relações com a formação docente das publicações das disciplinas. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliométrica, correspondendo a análise de publicações dos últimos 10 anos em periódicos científicos nacionais. Dentre os resultados o estudo revela que a maior parte dos estudos envolvem os diálogos da história da educação com as outras áreas de conhecimento que estudam a escola, os processos de aprendizagem e as questões das políticas educacionais. O estudo conclui que dentre as contribuições da história da educação para a formação de professores está a apropriação de fundamentos históricos para refletir sobre a organização da escola no presente, vislumbrando a construção de uma nova escola no futuro. Portanto ao olhar o passado e fazendo uma comparação para os dias atuais, é possível ver erros e acertos. A reflexão sobre tais acertos pode contribuir para a formação e prática dos pedagogos na atualidade.

Palavras-chave: Ensino; História; Licenciaturas.

EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO: A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RN SOB O REGIME CIVIL-MILITAR

Francisco Carlos Oliveira de Sousa (IFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Reflexões produzidas sobre a relação entre instituições escolares e as sociedades nas quais estão inseridas evidenciam a relevância dessas investigações. Partindo dessa compreensão, o objetivo deste trabalho é analisar a educação ministrada na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte-ETFRN, sob o contexto do regime civil-militar instalado no Brasil a partir de 1964. Para a consecução dessa tarefa, nos apoiamos no paradigma teórico-metodológico proposto por Magalhães (2004), sob o qual as instituições educativas constituem realidades em constante transformação interna no e pelo relacionamento com a realidade envolvente. Com base nesse referencial, utilizamos na investigação fontes documentais, bibliográficas e depoimentos orais. Os resultados obtidos sinalizam que a instituição investigada recebeu considerável influência dos acontecimentos ocorridos no então conturbado cenário político nacional. A exemplo disso, a deflagração do golpe contra o estado democrático de direito no Brasil, ocorrida em 31 de março de 1964, modificou a rotina institucional e impactou a formação proporcionada aos estudantes da mais destacada instituição de ensino técnico industrial do estado. Nesse sentido, o autoritarismo do regime de exceção logo se fez presente no ambiente escolar, ao imprimir interferência na reconhecida educação técnica ministrada na ETFRN. Seja na promoção de alterações curriculares, com a imposição de novas disciplinas e abordagens (como por exemplo, Moral e Cívica, e Organização Social e Política Brasileira-OSPB) que restringiram a formação humanística de natureza crítica, seja na repressão a quaisquer resquícios de organizações mobilizadoras, de caráter docente ou discente. Da investigação empreendida, conclui-se que a educação ministrada na então ETFRN caracterizou-se pela ambivalência do ensino técnico de excelência, imerso em ambiente sob dissimulada repressão.

Palavras-chave: Educação; Instituições escolares; autoritarismo.

A “EDUCAÇÃO ESPETACULAR” NA IMPLANTAÇÃO DOS CENTROS INTEGRADOS DE ATENDIMENTO AS CRIANÇAS (CIACS) NA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO COLLOR. (1990-1992)

Francisco Tenório da Silva (UFAL)

Andréa Giordanna Araújo da Silva (UNINTER)

2) Instituições escolares e política educacional

O construto apresenta a análise da política educacional do governo Collor, a partir da implantação dos Centros de Integrados de Atendimento a Criança (Ciacs), caracterizados como “Educação Espetacular”. A expressão está diretamente associada às práticas de clientelismo e de fisiologismo próprios da política governamental do período de 1990-1992. O trabalho está vinculado ao Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) intitulado “A História do Ensino em Tempo Integral em Alagoas (1992-2012): um estudo dos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs)”. Em 1991, foi implantado pelo governo Collor o “Projeto Minha Gente” com a finalidade de liquidar a dívida social do país com as crianças e os adolescentes que viviam em condições de extrema pobreza e exclusão social. No ano de 1992, “o Brasil possuía 45 milhões de brasileiros em estado de pobreza e 32 milhões sofriam de desnutrição crônica” (NEVES, 1995 p. 23), 37,6% da população caracterizava-se como analfabeta, ainda, eram elevados índices de mortalidade infantil e de mortes violentas entre os adolescentes. Neste quadro social, o “Projeto Minha Gente” apresentava-se como ação político-governamental que iria estruturar unidades de serviços que ofertassem ações diversas e integradas de atenção à criança e ao adolescente, tais como: saúde, assistência social e promoção social. Considerando a complexidade do cenário político em que se insere o objetivo de estudo, utilizou-se como fontes pesquisa: notícias extraídas dos jornais da Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas, que estão disponíveis no Arquivo Público de Alagoas e no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, e documentos oficiais produzidos pelo Ministério de Educação (1990-1995) sobre o tema. A partir da análise das fontes foi possível identificar que os discursos produzidos, e postos em circulação por meio de imagens e de textos, tinham como interesse ideológico originar um tipo de “espetáculo” político-governamental (VIEIRA, 2008 p. 90-91) para promover a imagem social do governo em exercício frente à crise política e econômica em curso no Brasil nos primeiros anos dos governos neoliberais da década de 1990.

Palavras-chave: CIACs; Política Educacional; Educação Espetacular.

O COLÉGIO DE SÃO JOSÉ: ECOS DA EDUCAÇÃO CATÓLICA OITOCENTISTA NO RIO GRANDE DO NORTE

Genilson de Azevedo Farias (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

A partir de meados do século XIX houve a incidência de muitas escolas católicas estrangeiras nas principais cidades do Brasil. Estas instituições aqui instaladas eram destinadas ao ensino de meninas abastadas filhas de senhores de engenho, de profissionais liberais e alto comerciantes do império. Entre estas escolas, destacamos o Colégio de São José, escola esta de origem italiana vinculada a ordem das irmãs dorotéias que chegou a cidade do Recife no ano de 1866 no bairro da Soledade. Foi exatamente nesse colégio onde a escritora potiguar de Ceará-Mirim Magdalena Antunes (1880-1959) estudou nos seus anos de juventude entre os anos de 1891 e 1896. Nos seus anos de maturidade ela escreveu uma obra de teor memorialístico e autobiográfico intitulada Oiteiro: memórias de uma sinhá-moça onde, entre outros detalhes de sua vida de menina, trouxe para as páginas de seu livro registros do momento em que ficou como aluna interna do colégio interno. Dessa forma, nosso trabalho tem por objetivo trazer alguns aspectos desse cotidiano escolar a partir da fala da escritora registrada em sua obra, cotidiano este fortemente marcado pela vigilância e disciplina colocadas em vigor pela atuação das freiras entre elas as mães europeias Amélia Portugal e Anna Luccenti. Esse olhar era direcionado em diferentes momentos e espaços por onde as alunas circulavam tais como nas aulas, nos recreios, no refeitório, no direcionamento do catecismo e para além dos muros do colégio. Como metodologia utilizamos entrevistas, documentos da época que conseguimos na própria instituição em Recife e a análise da obra.

Palavras-chave: Magdalena Antunes; Colégio de São José; Cotidiano escolar.

A CLASSE MULTISSERIADA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EM PAU DOS FERROS (RN)

Geralda Maria de Bem (Creche Municipal Severino de Freitas Rêgo)

Cicero Nilton Moreira da Silva (UERN)

2) Instituições escolares e política educacional

Este trabalho tem como objetivos: refletir sobre a política nacional de Educação do Campo no Brasil e seu reatamento na proposição do ensino do campo em Pau dos Ferros; estudar o processo de ensino-aprendizagem e averiguar as propostas pedagógicas das escolas com classes multisseriadas nesse município. Utilizamos, como procedimento metodológico, a pesquisa de campo, realizada no semestre 2014.1, em duas escolas da zona rural do município de Pau dos Ferros-RN: Ressalte-se que essa pesquisa é do tipo qualitativa. A pesquisa apontou que as professoras enfrentam dificuldades para lecionar nessa modalidade de ensino, as quais destacaram, como principais problemas, o distanciamento da equipe pedagógica, a ausência do projeto político pedagógico e de um currículo que seja adequado às especificidades do ensino no campo. Assim, devemos ressaltar que, nas escolas do campo do município de Pau dos Ferros, não existe um calendário específico para a realidade camponesa, dificultando a permanência dos alunos na escola, em períodos de enchentes e colheita, por não valorizar a cultura dos educandos.

Palavras-chave: Classes Multisseriadas; Educação do Campo; Ensino.

O ATO ADICIONAL DE 1834 E A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NORTE-RIO-GRANDENSE

Gillyane Dantas dos Santos (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

As normas jurídico-constitucionais consistem-se enquanto um campo fértil de investigação disponível à realização de pesquisas educacionais. O presente estudo tem por finalidade apresentar as medidas administrativas tomadas pela Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, após a promulgação do Ato Adicional de 1834, para a organização da instrução pública norte-rio-grandense. Para composição das informações aqui registradas lançamos mão da pesquisa bibliográfica, sendo necessária para análise e reflexão a respeito dos acontecimentos educacionais em sua trajetória histórica, sendo os principais autores: Almeida (1989); Saviani (2005); Sucupira (2001); Stamatto (2012); Cascudo (1984); dentre outros. Além da pesquisa exploratória, utilizando como fontes para o estudo duas indispensáveis produções: a “Coleção Documentos da Educação Brasileira” em que estão catalogados e organizados 46 documentos de caráter oficial que regulamentaram a Instrução Pública na Província do Rio Grande do Norte; o livro “Um século de Ensino Primário” do historiador Nestor dos Santos Lima (1927), como arcabouço essencial para percepção das transformações educacionais da Província do Rio Grande do Norte. Com o levantamento bibliográfico e de fontes, percebemos que no tocante à legislação houve uma incessante tentativa de organização do ensino na referida província. As primeiras impressões que tivemos destacam que a Assembleia Legislativa norte-rio-grandense mostrou-se atuante durante o período de descentralização vivido pela educação imperial, demonstrando cuidado na organização administrativa e sistemática do ensino.

Palavras-chave: Ato Adicional 1834; Educação norte-rio-grandense; Legislação Educacional.

MAGISTÉRIO E CIRCULAÇÃO DE IDÉIAS PEDAGÓGICAS NA CIDADE DO ASSÚ/RN: DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA

Gilson Lopes da Silva (UFRN)

Marlúcia Menezes de Paiva (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

O objetivo deste trabalho é analisar a circulação de ideias pedagógicas presentes nas práticas de professores e professoras de escolas de primeiras letras e do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, na cidade do Assú/RN. No Brasil-Império, a primeira legislação referente ao ensino primário foi instituída em 15 de outubro de 1827 criando as escolas de primeiras letras. A atuação dos professores nesse período ocorria geralmente em suas próprias residências e o mestre-escola poderia recorrer aos castigos físicos impondo sua autoridade em sala. Em 1889 é proclamada a República e seus representantes implantaram uma reforma educacional estabelecendo os grupos escolares. Instituído um novo papel para os professores, a relação com os alunos deveria pautar-se num relacionamento mais afetivo. O referencial teórico está embasado nas reflexões de Saviani (2013) e no conceito de ideias pedagógicas, auxiliando-nos na análise da atuação dos professores no período estudado e a materialidade dessa ação a partir das políticas educacionais instituídas no Império e na Primeira República. As escolas de primeiras letras foram implantadas na cidade do Assú em 1829. Nesse modelo educacional evidenciamos o nome de Luiza de França das Chagas Cavalcante e as práticas da professora no ano de 1907. Apesar de contar quase duas décadas da Proclamação da República, as referidas aulas seguiam o padrão das escolas de primeiras letras do período imperial: ocorriam em sua própria residência e a professora, centro do processo pedagógico, utilizava de castigos físicos para exercer a autoridade. O Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia foi inaugurado no dia 07 de setembro de 1911. Entre os profissionais que atuaram na instituição abordamos as práticas do professor Alfredo Simonetti, que exercia o magistério como um verdadeiro sacerdócio e acreditava na educação como uma via de transformação social, servindo de modelo de austeridade, moralidade e civilidade para os seus alunos. As impressões das ideias pedagógicas que circulavam no Assú entre o Império e a Primeira República nos permitem concluir que enquanto os professores de escolas de primeiras letras exerciam o magistério em espaços insalubres e pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade, com métodos e práticas considerados ultrapassados, os professores do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia atuavam em um espaço educacional próprio, com amplas instalações, recursos e métodos que envolviam e despertavam o interesse pelo conhecimento. Dessa forma, estabelecia-se um novo processo interacional entre professores e alunos, pautado numa relação mais afetiva entre ambos.

Palavras-chave: Magistério; Império; Primeira República; Escolas de Primeiras Letras; Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia.

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CEGOS DO RIO GRANDE DO NORTE:
EDUCAR, REABILITAR E SOCIALIZAR**

Gislene de Araújo Alves (IFRN/UFRN)

Marlucia Menezes de Paiva (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Este artigo é projeto de pesquisa em andamento, no qual tem por objetivo principal revelar a construção do habitus escolar no história do Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte, compreendendo-se nas dimensões: educar, reabilitar e socializar. O modelo teórico do estudo, a princípio, está ancorado na construção do habitus escolar segundo a teoria do Habitus de Pierre Bourdieu nas três dimensões (ethos, eidos, hexis), buscando verificar quais os principais elementos das dimensões do habitus escolar (educar, reabilitar e socializar) e as ações e reações dos agentes participantes dessa instituição. A construção teórica, seguindo a teoria de Bourdieu entrelaça e complementa o conjunto de análise de uma sociedade, sua formação e constituição, no entendimento de seus sujeitos, valores e costumes. Sendo o habitus um conjunto de ações e reações incorporadas pelas pessoas a partir de suas vivências na sociedade, as instituições escolares também (re)criam suas ações e reações ao longo de sua existência como espaço formativo e social. Espera-se que através da teoria do Habitus (Bourdieu), possamos desenhar a história do Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do Rio Grande do Norte através da compreensão de sua cultura/habitus escolar e seus agentes.

Palavras-chave: Instituições escolares; Teoria do Habitus; Dimensões Formativas.

O PROJETO LOGOS II NO RIO GRANDE DO NORTE: UM OLHAR PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA

Gustavo Lucas Silva da Costa (UFRN)

Liliane dos Santos Gutierre (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Na década de 1970, em alguns estados do Brasil, foi implantado o Projeto Logos II, com o objetivo de formar, em regime emergencial, professores que eram leigos, habilitados em segundo grau para exercício do Magistério (CETEB, 1984). O RN foi um dos primeiros estados a participar desse Projeto e, por isso, em nosso estudo, enquanto bolsista de Iniciação Científica da UFRN, membro do Grupo Potiguar de Estudos e Pesquisas em História da Educação Matemática (GPEP), tivemos como objetivo geral da pesquisa elaborar um registro histórico sobre a formação desses professores leigos, no RN, por meio do Projeto Logos II, respondendo ao questionamento: como se deu a formação dos professores leigos no RN, por meio do Projeto Logos II, em especial, como foi essa formação no tocante ao ensino de Matemática? Para tanto, lançamos mão da História Cultural (BURKE, 2005) e da História Oral (MEIHY, 2005), além de analisarmos documentos, na perspectiva de Le Goff (1994) e de realizarmos entrevistas semiestruturadas (LAVILLE; DIONNE, 1999) com professoras que foram cursistas do Logos II. Por fim, mesmo ainda estando com a pesquisa em andamento, pois ainda realizaremos mais entrevistas (já realizamos com nove professoras), a análise parcial que fizemos das nossas fontes orais e escritas nos mostrou que o incentivo dado aos professores leigos para inscreverem-se no Projeto partiu dos que faziam o então Núcleo Regional de Educação (NURE) de cada região do Estado; os conteúdos dos módulos eram considerados difíceis por eles, mas a possibilidade de atingir 80% de cada prova realizada era atingível, considerando que só era realizada, quando o cursista se sentia preparado; os encontros pedagógicos foram diferenciais para a formação desses leigos no que se refere ao domínio de conteúdo e disciplinar em sala de aula.

Palavras-chave: Projeto Logos II; Formação de Professores; Professores Leigos.

A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS CENECISTAS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

Idinaria Faustino Pereira (IFRN)

Olivia Morais de Medeiros Neta (UFRN/IFRN)

Lenina Lopes Soares Silva (IFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) é uma instituição que possui uma presença significativa na educação brasileira e na política educacional. Sendo assim, nos propomos a pesquisar e analisar a história da CNEC, que começou como Campanha do Ginasiano Pobre (CGP) em Recife (PE) no ano de 1943. A pesquisa é de cunho documental e bibliográfico. O corpus documental é composto por Relatórios de atividade, publicações institucional da CNEC. O entendimento de desenvolvimento de comunidade, educação não formal e história das instituições educativas orientam a nossa análise da história da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. O movimento para a criação da CGP originou-se no Brasil inspirado na experiência de Victor Raul Haya de La Torre, com a criação das Universidades Populares González Prada no início da década de 1920, no Peru. Felipe Thiago Gomes foi o principal protagonista e idealizador da Campanha que, junto com outros colegas universitários, resolveram preparar alunos carentes de recursos para dar continuidade aos estudos, além do ensino primário. Depois de fundar o primeiro Ginásio, resolveram expandir para todo o Brasil e chegaram ao Rio Grande do Norte em outubro de 1948. A CNEC assumiu um discurso de umavia entre o público e o privado, entre o Estado e o Mercado, embasando-se, para tanto, no mecanismo e no discurso do tema comunidade, um modelo onde as próprias pessoas da comunidade se encarregavam de administrar a Instituição

Palavras-chave: CNEC; Felipe Thiago Gomes; Escolas Secundária.

AS REPRESENTAÇÕES DO ENSINO PÚBLICO NO ARTIGO “ESCOLAS RUDIMENTARES” DE MANOEL DANTAS

Isabela Cristina Santos de Morais (UFRN)

3) Intelectuais e projetos educacionais no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, durante as duas primeiras décadas do século XX, o intelectual Manoel Dantas esteve à frente da Direção Geral da Instrução Pública. Devido a sua atuação enquanto Diretor e Educador, ele foi convidado pela Associação de Professores para traçar considerações sobre o ensino público na Revista *Pedagogium*. No artigo intitulado “Escolas Rudimentares” o autor aborda as diversas modalidades escolares, dentre elas, foi dada ênfase as recém-criadas escolas rudimentares, que dá nome ao artigo. Entretanto, o texto aborda toda a trajetória republicana da educação pública potiguar. Este estudo está inserido na perspectiva da História Cultural, tendo como base a noção de Representação, conforme o sentido dado pelo historiador Francês Roger Chartier (2002). De modo que, tem-se como objetivo analisar as representações do ensino público apresentadas por Manoel Gomes de Medeiros Dantas no artigo “Escolas Rudimentares”, publicado em 1921, na Revista *Pedagogium*. O referido artigo será utilizado como fonte histórica primária para a construção desta pesquisa. A partir da análise, destacaram-se aspectos importantes da trajetória do ensino público do RN, dentre os quais, foram referenciadas as diversas modalidades de ensino da época e o seu desenvolvimento ao longo de diferentes gestões políticas, compreendendo desde o governo de Pedro Velho até a gestão de Antônio de Melo e Souza. Manoel Dantas, ao falar sobre a Instrução Pública, inclui em sua fala o grupo escolar, a escola normal, a escola rudimentar e, ainda, as mudanças fomentadas através de reformas do ensino implantadas no decurso deste período. Por fim, conclui-se que, ao longo do artigo, o autor apresenta vários aspectos da trajetória do ensino público no Rio Grande do Norte. Assim sendo, percebe-se nas diferentes gestões políticas que o denominador comum era a preocupação, no que tange o desenvolvimento intelectual da população, através da instrução, conforme a leitura das representações contidas na fala. A educação ofertada aprimorou-se com a construção dos grupos escolares, e foi difundida, para os lugares mais ermos do Estado, com a instalação das escolas rudimentares. Estas escolas significaram uma opção que com menor custo e em menor espaço de tempo conseguia alfabetizar um maior número de pessoas, além de oportunizar o acesso à escola a um maior percentual de alunos como foi possível constatar a partir de dados estatísticos encontrados no artigo de Manoel Dantas.

Palavras-chave: Ensino Público; Diretor Geral da Instrução Pública; Revista *Pedagogium*.

EDUCAÇÃO EM CEARÁ-MIRIM: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Iury Gabriel Amorim de Araújo (UFRN)

Maria Inês Sucupira Stamatto (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Ceará-Mirim, município que compõe a atual região da Grande Natal, se constituiu num constante processo de disputa política, econômica e territorial, com gênese ainda no período colonial. No ano de 1857 passa à condição de sede municipal de um amplo território, que compreendia inclusive o distrito de Extremoz, antiga sede. Estudando este cenário e sua trajetória até o início da república, com ênfase nos aspectos educacionais, detectou-se durante as investigações desenvolvidas que nesse município várias instituições escolares em diferentes formatos foram instaladas. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o processo de organização da educação pública na região do atual município de Ceará-Mirim durante os períodos políticos da história do Brasil. Para tanto, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica de obras dos seguintes autores: Alves (2008), Araújo (1979) Câmara Cascudo (1984), Júlio Senna (1974, v.1; 1974, v.2), Moreira (2005), Stamatto (1996), para compreender o cenário educacional regional e local nos diferentes períodos. Considerou-se a Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836. E realizou-se também estudo iconográfico à luz de alguns dos aspectos elencados em Stamatto (2009), percebendo a fotografia como possibilidade de fonte para o estudo histórico. O trabalho inicia-se então com uma recuperação da trajetória da instalação de instituições escolares nas dimensões do município entre os períodos Colonial e Imperial e se estende ao início da República. Portanto, atendendo à dimensão da compreensão das iniciativas e desenvolvimento de instituições e práticas de educação pública na região em meio aos cenários sociopolítico de cada época. Assim, a pesquisa no projeto de pesquisa "A Educação na UFRN e no RN: história e preservação da memória", esse integrado ao Laboratório de História e Memória da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte buscou contribuir para a história da educação no Brasil, em especial no Estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: História da Educação; Instituições escolares no RN; Instrução pública em Ceará-Mirim.

A INSTRUÇÃO NO GRUPO ESCOLAR SENADOR GUERRA À LUZ DO GOVERNO VARGAS (CAICÓ/RN, 1930-1945)

Janaína Silva de Morais (UFRN)

Nanael Simão de Araújo; Maria Arisnete Câmara de Morais (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Este trabalho analisa a presença do discurso político-educacional do Governo Vargas no Grupo Escolar Senador Guerra, localizado na cidade de Caicó, estado do Rio Grande do Norte. Pesquisamos nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e da Escola Estadual Senador Guerra (atual nomenclatura do Grupo Escolar Senador Guerra). Nesses acervos, dialogamos com as Leis e os Decretos do governo do Rio Grande do Norte; Relatórios e Mensagens Governamentais; o jornal A República; o Regimento Interno dos Grupos Escolares; e o Livro de eventos escolares. As fontes localizadas foram analisadas a partir do referencial teórico metodológico da História Cultural, dialogando com autores como Chartier (1990) e Certeau (2012). No Governo Vargas, a educação objetivava a formação de cidadãos produtivos e disciplinados. O contexto sociopolítico desse período foi marcado pela crescente urbanização e desenvolvimento industrial. Isso requeria o adestramento dos corpos e das mentes dos estudantes para que mais tarde, enquanto trabalhadores, pudessem melhor servir a sua pátria levando-a ao mais alto grau de desenvolvimento. Nesse período a escola primária buscava inculcar essa formação nos seus alunos, para tanto, utilizava-se de mecanismos pedagógicos que difundiam entre as crianças e adolescentes o amor e o respeito à pátria brasileira, seus símbolos, suas riquezas, sua história e seus líderes. Nessa perspectiva, eventos escolares como desfiles, declamações poéticas e saudação à bandeira nacional, constituíam-se como práticas que propagavam o ideário pedagógico que permeou o cenário intelectual do Governo Vargas. Assim como tantas instituições escolares brasileiras, o Grupo Escolar Senador Guerra, serviu de teatro para a encenação dessas atividades. Esse fato demonstra a difusão do culto ao Brasil e a imagem do presidente Getúlio Vargas, não somente nos grandes centros urbanos, mas, também nas cidades menores e interioranas, como é o caso de, Caicó/RN.

Palavras-chave: História da Educação; Governo Vargas; Instrução Pública; Grupo Escolar.

AS IDEIAS DE RUI BARBOSA E O ENSINO DE DESENHO NA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE NATAL

Juan Carlo da Cruz Silva (IFRN/UFRN)

Olivia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

3) Intelectuais e projetos educacionais no Rio Grande do Norte

No Brasil, desde 1840, na concepção de educação profissional no Brasil, figura como componente da formação o ensino de Desenho. E, com o Decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, se consolidou. Ao nos debruçarmos sobre documentos educacionais deste período nos deparamos com o “Parecer da Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública” do intelectual baiano Rui Barbosa. Dessa maneira, o presente artigo visa analisar e compreender a influência das ideias deste pensador brasileiro no Ensino de Desenho que se desenvolveu na Escola de Aprendizes Artífices de Natal (1909 – 1942). Tomando por base o parecer e a tradução de Rui Barbosa da obra “Primeiras Lições de Coisas – Manual de Ensino Elementar para o Uso de Paes e Professores”, de Norman Calkins, traçamos uma análise de documentos e trabalhos acerca da instituição, tomando como foco a disciplina Desenho. Compreendemos que nosso trabalho se insere na abordagem teórico-metodológica da História Cultural e da História das Disciplinas Escolares conforme as concepções de Chartier (1990) e Chervel (1990), respectivamente. Utilizamos como categorias de análise a circulação das concepções acerca do Ensino de Desenho e a apropriação dessas no cotidiano da instituição educacional lócus de nosso trabalho. Nossos resultados apontam indícios da influência das ideias em circulação internacional nas obras de Rui Barbosa e, a partir dele na educação profissional norte-rio-grandense exercida na escola de aprendizes artífices. Além disso, nota-se que, por meio de força da lei e das ações de gestão que premiavam os bons trabalhos de desenho e de ofício, reforçava-se a relevância do Desenho para a formação de artífices, ocorrendo apropriação das ideias defendidas e difundidas por Barbosa.

Palavras-chave: Desenho; Educação Profissional; Escola de Aprendizes Artífices; História das Disciplinas Escolares; Rui Barbosa.

AS MUDANÇAS NA CARREIRA DOCENTE E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NOS IF: AVANÇOS E RETROCESSOS

Juliana Kelle da Silva Freire Barbosa (IFRN)

Olívia Morais de Medeiros Neta (UFRN/IFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) vem se destacando na pesquisa educacional no Brasil, face a implementação de um amplo conjunto de reformas educacionais e à criação de diversas políticas públicas e programas governamentais relacionados à temática. Dentre as diversas ações do Governo Federal em relação a essa modalidade de educação, encontra-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), que tem evoluído tanto de forma quantitativa como qualitativa com a autorização de criação dos Institutos Federais (IF). Com a nova institucionalidade dos IF, vieram algumas outras mudanças no que diz respeito à carreira docente. Anterior à 2013, a carreira docente do Magistério Federal foi regulamentada por diversos atos normativos. Para uma melhor compreensão da carreira docente atual, na qual os professores ao ingressarem na instituição acedem à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), devendo atuar em todos os níveis e modalidades de ensino ofertadas pela instituição, para isso, faz-se necessário resgatar alguns dados históricos, que ilustram de forma detalhada os avanços e os retrocessos da carreira docentes do IF. Somado a isso, é imprescindível perceber a sua importância e as conquistas adquiridas, principalmente, no cenário da expansão da Rede Federal. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo de estudo analisar as mudanças na carreira docente nos IF, após a criação e expansão da Rede Federal, permitindo identificar os avanços e os retrocessos, de modo a compreender se essas mudanças contribuíram positivamente para o desenvolvimento profissional desses professores. Como orientação metodológica, realizou-se uma pesquisa descritiva de caráter documental e bibliográfico, nos permitindo alcançar o objetivo proposto. As concepções estabelecidas para essa pesquisa foram analisadas por meio de uma abordagem qualitativa com predominância de tratamento dos dados através da interpretação histórica. Discutimos a temática tendo como base de explicação o materialismo histórico dialético. Essa pesquisa dialoga com diversos autores que versam sobre os IF, a exemplo de Silva (2009), sobre a carreira nos IF, como Dominik (2017), Rangel e Canello (2012) e acerca da formação de professores e o seu desenvolvimento profissional, tais como García (1999), Imbernón (2011;2016), dentre outros que apresentam, significativamente, uma gama de questões pertinentes para entender as mudanças na carreira docente do IF e em que medida essas mudanças contribuíram para o desenvolvimento profissional docente. Como resultado desse estudo, evidencia-se que o maior problema da carreira EBTT é que o professor atua desde a educação básica (EB),

passando pelo Ensino Técnico (ET) e, abrangendo até o Ensino Superior Tecnológico e de Licenciaturas e, à vista disso, há muitos pontos de discussões porque é uma carreira cuja atuação não se limita apenas à EB e muito menos ao ensino superior somente. Por isso, existem debates no sentido de unificação das carreiras do EBTT e do Magistério Superior com o intuito de correção das distorções, inclusive financeiras entre elas. No entanto, as conclusões desse estudo apontam que a lei que reestrutura a carreira docente do IF equipara os professores da carreira EBTT com os de Magistério Superior, por assim dizer, essa lei vem não só garantir a equiparação estrutural, mas também salarial, aproximando essas duas carreiras, do ponto de vista do desenvolvimento, da perspectiva de entrar no Magistério Federal, como ascender dentro desta carreira e se aposentar nela, de igual modo à carreira do Magistério Superior, com a conseqüente equiparação salarial. Conclui-se, também, que a carreira EBTT oportuniza os professores ascenderem profissionalmente, tendo em vista que estes são estimulados à qualificação profissional (mestrado e doutorado) e dispõe de estruturas que fomentam a participação na pesquisa e na extensão.

Palavras-chave: Carreira Docente; Institutos Federais; Desenvolvimento Profissional Docente.

O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO PEDAGOGO NO BRASIL: ENTRE O DELINEAMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL E A CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Kardenia Almeida Moreira (IFRN/UFRN)

Olivia Morais de Medeiros Neta; Francisco das Chagas Silva Souza (IFRN/UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Neste trabalho pretendemos contextualizar a profissionalização do pedagogo diante das mudanças formativas no Curso de Pedagogia. Esta investigação, de abordagem qualitativa, está fundamentada numa pesquisa bibliográfica e da análise documental das normatizações brasileiras que regeram o curso em sua trajetória histórica. Os resultados revelam que o Curso de Pedagogia no Brasil, desde a sua criação, esteve voltado para formar um profissional da educação que atendesse as exigências sociais de cada época. Por este motivo, a formação do pedagogo foi permeada de dissensos no que se refere à sua identidade profissional. Inicialmente se formara o pedagogo leigo, depois passou a formar o especialista em educação e, com a divisão do trabalho na escola, o curso formava os técnicos em educação com as diferentes habilitações. Nos meandros da sua história, a identidade do pedagogo foi reduzida ao magistério, formando o professor generalista, mas o reducionismo técnico gerou grande inconformismo e, após longos debates, foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, que passou a exigir um profissional flexível e responsável pelas demandas educativas da sala de aula, mas também da gestão dos processos educativos da escola e dos espaços não-escolares.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia; História; Exigências Sociais.

O CENTENÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE NA PERSPECTIVA DE NESTOR LIMA: UMA ANÁLISE DA OBRA UM SÉCULO DE ENSINO PRIMÁRIO

Laís Paula de Medeiros Campos Azevedo (UFRN)

Olívia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

A relação entre a história e a escrita nos permite refletir sobre o discurso e a prática do fazer história. Nestes termos, este artigo objetiva realizar análise historiográfica da obra “Um século de ensino primário” de Nestor dos Santos Lima, publicada em 1927, por ocasião do centenário da lei de 15 de outubro de 1827 que deliberava sobre a criação das escolas de Primeiras Letras no Brasil. O livro de Nestor Lima é analisado a partir das deliberações de Certeau (2002) acerca da operação historiográfica e compreendido como um documento-monumento, resultado de um esforço voluntário ou involuntário para impor ao futuro uma determinada imagem (LE GOFF, 1990). Atentamos ao lugar social do autor, sua prática e escrita histórica. Pela análise, destacamos que o autor, ao construir seu livro como um modo de divulgar as diversas providências da Lei de 15 de outubro de 1827 e consequências, diretas e indiretas através do século transcorrido, produziu relevante fonte para a escrita da História da Educação do Rio Grande do Norte. Na escrita da história do ensino primário, o autor faz uso de dados estatísticos sobre a progressão da escola primária no período, dados sobre matrículas e frequências, passando por informações detalhadas sobre a criação de escolas e as respectivas localizações, além de listas completas com nomes de professores e as escolas onde atuavam nas diversas povoações da antiga província. Escreve a partir de fontes compiladas e coligidas no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e do Arquivo da Secretaria Geral do Estado. Na busca por compreender a perspectiva sob a qual o autor elaborou sua obra, emerge a apreensão do local de fala do sujeito, bem como seus ideais e princípios, expressos igualmente nas falas e nos silenciamentos, no seu modo peculiar de contar esse relevante capítulo da história da educação potiguar.

Palavras-chave: Historiografia; Instrução Pública; Ensino primário; História da Educação; Nestor Lima.

A REPRESENTAÇÃO DE ACRÍSIO DE MENEZES FREIRE NA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

Larissa Maria de Medeiros Dantas (UFRN)

Maria Arisnete Camara de Moraes (UFRN)

3) Intelectuais e projetos educacionais no Rio Grande do Norte

O presente trabalho apresenta os resultados de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Acrísio de Menezes Freire, um educador norte-rio-grandense”, cujo objetivo procurou analisar a trajetória de vida de Acrísio de Menezes Freire e sua atuação enquanto membro ativo na educação do nosso estado entre os anos de 1922 e 1972, período que compreende o ano de sua formação pela Escola Normal de Natal e ano de seu falecimento. A justificativa da pesquisa refere-se ao interesse em conhecer a biografia desse representante da educação potiguar, diante da existência de diversas menções de seu nome em eventos e documentos históricos, e da inexistência de escritos sobre sua trajetória. Fundamentamos o nosso trabalho nos pressupostos da história cultural de Chartie (1990), e as práticas educativas de Silva (2006). Realizamos pesquisas nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no Arquivo Público do Estado/RN, da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN), da Escola Estadual Padre Miguelinho, e entrevista com um ex aluno de um dos Grupos Escolares em que Acrísio Freire foi diretor. Os resultados da pesquisa nos apresentaram Acrísio de Menezes Freire como filho de Norberto José Freire, e esposo de Anita Iracema Freire, também professora do ensino primário, com quem não teve filhos. O educador, nascido em 19 de maio de 1902, formou-se pela Escola Normal de Natal em 1922, e nos anos seguintes atuou como professor e diretor de alguns Grupos Escolares do estado, dentre eles: Grupo Escolar Barão do Rio Branco, localizado na vila de Parelhas/RN; Grupo Escolar Moreira Brandão, situado na vila de Goianinha/RN; Grupo Escolar Duque de Caxias, localizado no município de Macau/RN; e o Grupo Escolar Isabel Gondim, situado em Natal/RN, onde permaneceu até 1972, ano de seu falecimento. Acrísio Freire durante sua trajetória de vida profissional lutou pela educação, fato que nos é indiciado a partir de sua atuação enquanto professor, diretor, e inspetor do ensino primário, e de seus méritos enquanto membro da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN), membro dos escoteiros, e dentre outros cargos que nos permitem compreender como esse educador acreditava na importância e na valorização da educação primária para a formação de indivíduos bem instruídos. Com os resultados da pesquisa, buscamos enriquecer em especial a história da educação do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: História da Educação; Educador; Acrísio de Menezes Freire.

UM RESGATE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM NO RIO GRANDE DO NORTE

Lúcia Xavier Gonçalves (IFRN)

Dante Henrique Moura (IFRN); Adriana Aparecida de Souza (IFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Essa comunicação investiga a construção do curso técnico em enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, discorre-se sobre as mudanças políticas, sociais e econômicas que fundamentaram as bases legais da educação profissional e em específico do ensino técnico profissional de nível médio entre as décadas de 1960 e 1980. Propõe-se assim, entender às mudanças no cenário social, econômico e político que ocorreram durante o processo de formação ao reconhecimento profissional do curso de enfermagem. Esse estudo ora apresentado é parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. A pesquisa de cunho exploratória, bibliográfica e documental, busca fazer um resgate histórico da construção do curso técnico de Enfermagem da UFRN, destacando as bases legais da educação profissional, a dinâmica histórica e social da época que configuraram a construção desse curso. E para tanto, debruçou-se em autores como Caverni (2005), Lima e Pinto (2003), Kletemberg e Siqueira (2003), Costa e Costa (2006), Alencar e Timóteo (2006), entre outros, que possibilitou a reconstrução do contexto das mudanças históricas, sociais e políticas que culminaram na formação do curso técnico de enfermagem no Estado do Rio Grande do Norte. Dessa forma, a pesquisa procurou contribuir para a história da Educação, e em especial a educação profissional no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Curso técnico de enfermagem; Educação profissional; História da Educação; Políticas Educacionais.

A ESCOLA PROFISSIONAL DO ALECRIM: OFICINAS PARA A FORMAÇÃO DOS NORTE RIOGRANDENSES (1922-1957)

Marcelly Kathleen Pereira Lucas (UFRN)

Karla Katielle Oliveira da Silva (UFRN); Olivia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Este artigo tem como objetivo estudar a Escola Profissional do Alecrim a partir das ações do Estado do Rio Grande do Norte para o ensino profissional, de 1922 a 1952. O recorte temporal justifica-se pelo ano de criação da Escola Profissional do Alecrim, em 1922, pelo Governador Antônio José de Melo, e pela reforma do ensino primário, realizada por Dinarte Mariz, em 1957. Nesse sentido, seguintes indagações nortearam esta pesquisa: Quais as ações do Estado para a Escola Profissional do Alecrim? Como se configurava o ensino profissional no período em estudo? Como se caracterizava o funcionamento e organização da Escola profissional do Alecrim? Metodologicamente, realizou-se mapeamento e análise documental das mensagens dos governadores do Rio Grande do Norte, as quais constituem-se como fontes à esta investigação, sobre ações voltadas ao ensino profissional. O referencial teórico baseia-se na concepção de educação profissional conforme Manfredi (2003) e na dimensão da história política de acordo com René Remond (2003). Os resultados encontrados nos permitem perceber que a criação de cursos como Artes Gráficas, Alfaiataria, Serralheria, Marcenaria, Sapataria, Funilaria e as oficinas de Corte e Costura que 300 mulheres participaram em 1952 foram ações Estado do Rio Grande do Norte para a educação profissional na Escola Profissional do Alecrim.

Palavras-chave: História da Educação Profissional no RN; Ensino Profissional; Escola Profissional do Alecrim.

ENTRE VESTÍGIOS E REPRESENTAÇÕES: AS DIRETORAS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PRESIDENTE KENNEDY (1952 – 1975)

Maria Claudia Lemos Morais do Nascimento (UFRN)

Maria Arisnete Câmara de Morais (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Este trabalho faz parte dos resultados de pesquisa da dissertação de mestrado sob o título: “As Diretoras do Instituto de Educação Presidente Kennedy: A Feminização da Gestão Educacional na Instituição (Rio Grande do Norte, 1952 – 1975)” cujo objetivo buscou analisar a atuação e representação das professoras e diretoras que dirigiram e lecionaram no espaço formativo do Instituto de Educação em Natal, Rio Grande do Norte, entre os anos de 1952 e 1975. O trabalho se justifica pelo nosso interesse em investigar o papel e as contribuições dessas mulheres frente à educação no Estado. Insere-se na temática da História das Instituições escolares e da formação de professores e fundamenta-se nos pressupostos da História Cultural de Burke (2008), Chartier (1990), Morais (2002; 2003; 2006), dentre outros autores. Realizamos a coleta de fontes no acervo do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP), Arquivo Público do Estado e no acervo do Grupo de Pesquisa História da Educação, Literatura e Gênero/UFRN. Entre a presença das Diretoras, destaco: Francisca Nolasco Fernandes, Maria Elza Fernandes Sena, Crisan Siminéa, Ezilda Elita do Nascimento, Teresinha Pessoa Rocha e Maria Arisneide de Morais. Os resultados de pesquisa apontaram Francisca Nolasco Fernandes como primeira Diretora da Escola Normal de Natal, em exercício entre 30 de setembro de 1952 a 30 de janeiro de 1956 e na segunda gestão de 24 de março de 1959 a 1966. Francisca Nolasco Fernandes foi à primeira diretora da Escola Normal de Natal, do Instituto de Educação e Instituto de Educação Presidente Kennedy. Maria Elza Fernandes Sena, segunda mulher a assumir a diretoria da Instituição em 7 de maio de 1957 a 24 de março de 1959. Crisan Siminéa assumiu a direção geral do Instituto entre os anos de 1967 a 1969. Ezilda Elita do Nascimento, diretora da unidade Escola de Aplicação entre 1963 a 1968. Teresinha Pessoa Rocha, diretora do Jardim de Infância Modelo entre os anos de 1960 a 1970; e Maria Arisneide de Morais, diretora entre os anos de 1970 a 1975. O estudo evidenciou o processo de feminização dos quadros de gestão do Instituto de Educação de Natal/RN, e, a partir das professoras e diretoras analisadas, especificamente na figura de Dona Francisca Nolasco Fernandes, constatarmos o estabelecimento de um novo quadro de gestão predominantemente feminino na referida Instituição de formação de professores de Natal. A pesquisa desenvolvida procurou contribuir para a história da educação no Brasil, e em especial, no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: História da Educação; Instituto de Educação; Diretoras; Professoras.

ENTRE O AZUL DO MAR E O VERDE DA MATA, EXISTE UMA ESCOLA PÚBLICA SOCIALMENTE REFERENCIADA

Maria Luciene Urbano de Barros (UFRN)

Walter Pinheiro Barbosa Junior (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Este artigo traz à baila, uma escola pública socialmente referenciada. Trata-se de um dos resultados da Dissertação de Mestrado em que se estudou a Função Política-Pedagógica do Conselho Escolar da Escola Municipal Antônio Campos. Objetivamos com essa pesquisa compreender o fenômeno de sucesso escolar dessa escola. A Unidade de ensino ora pesquisa está situada no bairro de Mãe Luiza, Região Leste de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. A escolha dessa instituição escolar como campo empírico se deu pelo fato de identificarmos que a comunidade local acredita na educação dessa instituição, entre outros motivos, por essa escola ter sido, no ano de 2015, protagonista de um diferencial em relação às outras escolas públicas do bairro de Mãe Luiza, que se manifestou de três formas: ser a primeira colocada no Prêmio Nacional Referência em Gestão Escolar, etapa estadual; atingir o patamar de 6.5 no IDEB e, atualmente não ter evasão nem repetência dos estudantes. Essas três formas de manifestação de sucesso da escola, que instituíram a credibilidade social, foram os elementos que despertaram nosso interesse em compreender essa escola, enquanto um fenômeno de sucesso no processo de aprendizagem dos seus estudantes. Orientados pelo Materialismo Histórico e Dialético, construímos esse estudo a partir das fontes, como documentos da escola; entrevista livre conversacional e observação do cotidiano da escola. No decorrer da pesquisa encontramos na Escola Municipal Antônio Campos características de uma unidade de ensino que figura como uma comunidade educadora. O compromisso dos profissionais com o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante; a dinâmica organizacional da escola que conduz para um clima diário e permanente de aprendizagem, a relação dos pais e/ou responsáveis pelo estudante com a escola, a dinâmica de avaliar-planejar-avaliar concretizada no acompanhamento sistemático do processo de ensino e aprendizagem do estudante nos permitiu compreender que na Escola Municipal Antônio Campos, o pedagógico não está restrito aos conhecimentos construídos pela mediação da docência na sala de aula, nem é um exercício único do professor. Outras pessoas e/ou profissionais também se sentem corresponsáveis pela educação escolar dos que lá estudam. Assim, concluímos que o pensar e o agir pedagógico, coletivamente, podem se apresentar como um caminho promissor para enveredarmos rumo a uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Palavras-chave: Escola Municipal Antônio Campos; Comunidade Educativa; Fenômeno de sucesso escolar.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NATAL E OS 30 ANOS DE HISTÓRIA DAS ELEIÇÕES DIRETAS PARA DIRETOR DAS UNIDADES DE ENSINO

Maria Luciene Urbano de Barros (UFRN)

Walter Pinheiro Barbosa Junior (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

O presente artigo discute os 30 anos de experiência, ininterruptos, de eleições diretas para diretor da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Natal. Objetiva-se compreender porque esta rede de ensino iniciou seu processo de eleição direta para diretor nas escolas da rede municipal de ensino, antes de duas grandes leis nacionais: a Constituição Federal de 1988 que aprova o princípio da gestão democrática e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que caracteriza a gestão democrática da escola, por dois meios: a participação dos profissionais na elaboração da proposta pedagógica da instituição e a participação da comunidade escolar e local nas decisões da escola através da constituição de conselhos escolares ou equivalentes. A esse objetivo, somam-se dois outros fenômenos que se apresentam no curso desses 30 anos de experiência, são eles: a forma de organização das primeiras eleições para a direção das escolas, uma vez que se deu em instâncias coletivas de decisão, por meio de resoluções aprovadas em congressos, em que todas as pessoas tinham direito a um voto, sem existência de proporcionalidade entre os segmentos; e, atualmente a instituição da Lei nº 147 de 05 de fevereiro de 2015 que instaurou na rede pública municipal de ensino, a direção compartilhada por dois diretores: um administrativo-financeiro e outro pedagógico. Assumimos como método para essa pesquisa o Materialismo Histórico e Dialético; e como instrumentos, utilizamos a entrevista livre conversacional e a análise documental. A partir dessa investigação concluímos que o pioneirismo e inovação na gestão democrática, apresentam-se no curso da nossa pesquisa, como fenômenos que possibilitam a rede pública municipal de ensino do município de Natal experimentar-se democraticamente. Concluímos, também, que apesar de três décadas de institucionalização da eleição para a direção das unidades de ensino da rede pública do Município de Natal, ainda há muito que se avançar nas práticas democráticas na perspectiva de uma gestão democrática participativa.

Palavras-chave: Gestão democrática; eleição para direção de escola; participação.

O ARQUIVO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESIDENTE KENNEDY: UMA MEMÓRIA ESCOLAR DO RIO GRANDE DO NORTE

Mariza Silva de Araújo (IFESP)

Fabiana Sena da Silva (UFPB); Francisca Daise Galvão Freire (IFESP)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Os arquivos das instituições escolares se constituem em valiosas fontes para a pesquisa em História da Educação. No entanto, muitos desafios se colocam para os pesquisadores, tais como: a dificuldade de acesso aos acervos documentais, a falta de sensibilidade das instituições escolares em guardar e conservar seu acervo documental, as precárias condições de armazenamento e manutenção das fontes documentais nas instituições. Este trabalho tem o objetivo de apresentar o processo de construção do arquivo do Centro de Documentação do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP). Esse Instituto está relacionado à criação da Escola Normal de Natal, ainda no século XIX, e possui um acervo diversificado e acumulado ao longo da sua existência, tornando-se portadora da memória escolar do Rio Grande do Norte, por conseguinte, nacional. Documentos iconográficos, registros de diplomas, exames escolares, livros de atas, material didático, entre outros, tem servido de fontes para subsidiar a elaboração de trabalhos acadêmicos de pesquisadores da localidade. No entanto, o arquivo desta instituição não se encontra devidamente conservado, merecendo um tratamento especializado no que diz respeito ao seu arquivamento, na perspectiva da preservação da memória educacional do Rio Grande do Norte. Assim, este trabalho possibilita a reflexão dos lugares de memórias dessas fontes, bem como a individualização, catalogação e conservação documentária.

Palavras-chave: Arquivos; Fontes; História da Educação.

"O SLOJD E A FORMAÇÃO MORAL DOS JOVENS"

Marlene Fernandes Ribeiro (UFRN)

Maria Inês Sucupira Stamatto (IFESP)

2) Instituições escolares e política educacional

O presente artigo objetiva evidenciar os elementos apresentados no texto, "Slójd e a educação moral dos jovens", de autoria de Aprígio Gonzaga, que teve publicação inicial na Revista A Educação do Rio de Janeiro e republicada na Revista Pedagogium (1925). Essa temática é recorrente na nossa pesquisa histórica, por apresentar indícios da proposta escolanovista, tais como a necessidade de reelaborar a educação tomando como ponto de destaque a implementação dos trabalhos manuais na prática educativa, elemento que irá contribuir para a formação moral dos jovens. No texto em análise, o autor sustenta a ideia de que o Slojd é basilar para a constituição da formação moral dos educandos, ou seja, que a inserção dos trabalhos manuais como aspecto formador na atividade humana, deve ser concebida como um dos pilares da formação moral. Para refletir sobre os elementos constitutivos do texto, recorreremos a obra de Rosemary Dore Soares (2000), que ao discutir a proposta de Gramsci para a educação, elabora uma reflexão sobre Slojd, modelo Suíço de educação que influenciou as escolas americanas e brasileiras. No Rio Grande do Norte, encontramos vestígios dessa proposta a partir da década de 1914. Outra obra autora visitada é de Martha Aparecida Todeschini de Assunção (2017), que analisa a proposta educativa do autor do texto, que segundo ela, exerceu forte influência para o projeto de ensino paulista dirigido à formação do trabalhador. Para tanto, optamos por referenciais teórico-metodológicos da nova história cultural, que permitem utilizar diferentes fontes e documentos, associados à escola nova, escola ativa e práticas educativas.

Palavras-chave: Slojd; Escola Ativa; Formação Moral.

O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA ESTADUAL PEREGRINO JÚNIOR E AS PRÁTICAS DOCENTES: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA PARA O PRESENTE

Matheus Oliveira da Silva (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Este trabalho pretende apresentar o perfil do ensino de história na Escola Estadual Peregrino Júnior a partir de uma análise desenvolvida durante o período de estágio docente. Esta análise se faz por meio de uma relação histórica com as práticas do ensino de história. Ao longo do tempo, determinadas concepções sobre o que, como e por que ensinar história se consolidaram na historiografia do ensino de história, bem como nas salas de aulas de escolas e universidades. Estas concepções refletem-se nos conteúdos selecionados, suas explicações e abordagens, além de práticas como o uso do livro e a maneira de ministrar aulas. Aproveitando as atividades desempenhadas durante o estágio docente na Escola Estadual Peregrino Júnior, propus-me à tarefa de historicizar as práticas vividas em sala de aula, o que me levou a questionar constantemente como determinados saberes, por exemplo, delimitavam uma concepção de ensino de história. Esta problematização, por sua vez, me levou a perceber múltiplas faces que conformam um perfil para o ensino de história em nível mais específico. Ao observar a historiografia sobre a história do ensino de história, nos deparamos com narrativas que tomam como fontes, em grande maioria, a legislação educacional e as propostas curriculares. Todavia, a história do ensino de história contada pelas práticas cotidianas ainda carece de sistematizações e de espaço em face literatura consolidada. Portanto, este trabalho visa ressaltar a importância da reflexão sobre o cotidiano da prática docente em história, evidenciando que este cotidiano constitui a história. Utilizando-se das atividades na Escola Estadual Peregrino Júnior, pretende-se responder à seguinte pergunta: qual o perfil do ensino de história na Escola Estadual Peregrino Júnior em face do perfil traçado na historiografia sobre a história do ensino de história e da legislação educacional?

Palavras-chave: História do ensino de história; perfil; cotidiano; prática docente.

CENTENÁRIO DA LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827: UM LUGAR DE MEMÓRIA

Nara Lidiana Silva Dias Carlos (UFRN)

Lígia Silva Pessoa (UFRN); Olívia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

3) Intelectuais e projetos educacionais no Rio Grande do Norte

Neste trabalho, busca-se estudar a celebração do centenário da Lei de 15 de outubro de 1827 no Rio Grande do Norte a partir da obra de Nestor dos Santos Lima “Um século de ensino primário” e do Álbum de Fotografias do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte: “Escola Normal” de 1927 que registra as comemorações ao centenário da Lei, no supracitado estado. A Lei de 1827 instituiu a educação pública no país e determinou que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria quantas escolas de primeiras letras fossem necessárias. Esta pesquisa trata de um estudo de revisão bibliográfica e documental, considerando para a análise os entendimentos teóricos de Nora sobre os lugares de memória e Le Goff acerca de documento-monumento. No processo de compreensão e investigação do objetivo de estudo, questiona-se: como ocorreu a celebração do centenário da Lei de 15 de outubro de 1927 no Rio Grande do Norte? Ou ainda, qual foi o objetivo do Rio Grande do Norte em celebrar o centenário da Lei de 15 de Outubro de 1927, uma vez que a obra citada acima foi produzida por encomenda do próprio estado? Nestor dos Santos Lima exerceu diversos cargos, sendo um deles diretor do Departamento de Educação do Estado, onde esteve diretamente envolvido na organização do sistema de ensino das escolas de ensino primário. Os resultados parciais da pesquisa indicam que esta celebração constitui um lugar de memória, pondo a figura do Nestor dos Santos Lima no centro da história da educação do Rio Grande do Norte, ao mesmo tempo em que produz uma demarcação para o campo da educação, mais especificamente no ensino primário.

Palavras-chave: Centenário da Lei de 1827; Nestor Lima; Rio Grande do Norte; História da Educação.

ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA PARA MOÇAS POBRES SEGUNDO A IMPRENSA BRASILEIRA, 1889–1930

Palloma Victoria Nunes e Silva (UFU)

Juliana Santos de Oliveira (UFU); Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro (UFU)

2) Instituições escolares e política educacional

O Brasil organizou a preparação escolar de trabalhadores para o exercício profissional nas primeiras décadas do século XX. Em setembro de 1909, o decreto-lei 7.566 prescreveu que o ensino profissional seria dirigido a pobres e desafortunados. A pesquisa apresentada neste resumo converge para as seguintes questões: Como a imprensa apresentou a Escola Profissional Feminina e qual a relação dessa escola com a oportunidade do voto feminino na primeira República? A premissa é que esse ensino se alinhou a uma classe social pobre — alunas que desenvolveram tardiamente um ofício, pois as obrigações no lar se impunham e as oportunidades profissionais se destinavam a priori ao trabalhador masculino. O estudo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo: “Educação, pobreza, política e marginalização: formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais”, 1909–27, aprovado pela FAPEMIG e pelo CNPq, agências brasileiras de fomento à pesquisa acadêmica. A metodologia seguiu referenciais teóricos do método histórico dialético, com a premissa da relação entre ensino profissional, juventude, pobreza e voto, categorias derivadas das fontes. As fontes de estudo incluem mensagens de governadores estaduais, discursos proferidos nas assembleias legislativas, legislação educacional, anuário de ensino e a imprensa. A análise dessas fontes seguiu o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético na inter-relação de ensino profissional, com exclusão, pobreza, juventude entre os anos de 1909 e 1927. Os achados e as constatações da pesquisa apontam articulação entre preparação profissional escolar feminina o sufrágio feminino. Isso porque em um documento de governador do Estado do Rio Grande do Norte trata da possibilidade do voto feminino no Brasil, proibido até 1932; e aponta que a Escola Profissional Feminina se vinculou a uma juventude pobre a fim de prepará-la para o lar e para o voto; daí a oferta de disciplinas como Corte e costura, língua materna, educação moral e cívica, calculo arithmetico, geographia e historia do Brasil. Além disso, caso se considere disciplinas como Datilografia, a escola possibilitou às mulheres formas de ocupar profissionalmente o espaço público, apesar de relações de gênero ainda muito desiguais nessa esfera. Tal preparação para o trabalho lhes dava atributos para atuar como secretárias. Os resultados da pesquisa apontam que na imprensa sinalizou-se a importância da Escola Profissional Feminina possibilitando no Rio Grande do Norte além do conhecimento e das práticas domésticas o direito ao voto numa época em que em outros lugares colocou a mulher restrita aos afazeres domésticos, no entanto, nem por

isso as mulheres em outros Estados do Brasil, seriam incapazes de exercer esse direito do voto.

Palavras-chave: Escola profissional; juventude; pobreza; voto.

ANÁLISE DOS ATOS NORMATIVOS QUE REGEM O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DAS LICENCIATURAS DO IFRN

Paloma Freitas da Silva (IFRN)

José Mateus do Nascimento (IFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

O Estágio Curricular Supervisionado é uma das etapas obrigatórias e importante no currículo acadêmico para a formação docente, pois mesmo o graduando tendo o preparo teórico dos assuntos relacionados à sua área de ensino, nem sempre é fácil associar teoria e prática, e ao passar pelo estágio, ele poderá colocar em prática o que ele aprendeu, além disso, ele terá um contato direto com a realidade de um professor, as suas dificuldades, e também o aprendizado que se tem no contato com os alunos. O estágio não é apenas mais uma disciplina no currículo do licenciando, para Pimenta (1995) é uma atividade, que possibilita a inserção dos alunos – futuros professores – nas instituições escolares, ou seja, a inserção dos futuros professores no seu ambiente de trabalho. Ainda de acordo com a autora, essa inserção possibilitará ao graduando o conhecimento prático de como se dá o processo de ensino, esse não sendo restrito a unidade escolar, mas sim a compreensão de sua totalidade, ou seja, a compreensão do processo ensino-aprendizagem, os desafios, os procedimentos que se deve ter, as obrigações, tudo que envolve a práxis docente na real atuação do professor. Diante do exposto, faz-se necessário analisar os documentos oficiais e institucionais acerca do estágio curricular supervisionado, de modo a compreender esse processo. Assim, essa pesquisa objetiva analisar as bases que regulamentam o estágio curricular supervisionado no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) a partir deles, pareceres e atos normativos vigentes sobre o estágio e a prática profissional dos licenciandos, como: a Lei Federal nº 9.394/96, a Lei Federal nº 6.494/77, o Decreto Federal nº 87.497/82, a Lei nº 11.788/2008, e o Parecer nº CNE/CP 28/2001, somado a isso, pretende-se, também, analisar a Organização Didática (2012) da referida instituição. As concepções estabelecidas para essa pesquisa foram analisadas por meio de uma abordagem qualitativa com predominância de tratamento dos dados através da interpretação histórica. Quanto à natureza das fontes, essa investigação se caracteriza como bibliográfica e documental. A discussão teórica em relação à temática tem como base de explicação o materialismo histórico e dialético. Esta pesquisa dialoga com autores que versam sobre estágio supervisionado, como Gonçalves e Pimenta (1990) e Pimenta (1995) dentre outros. Essa pesquisa não apresenta resultados e conclusões, tendo em vista que a mesma está em andamento.

Palavras-chave: Estágio Curricular Supervisionado; Documentos Oficiais; Licenciatura; IFRN.

GRUPOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO NORTE: MAPEAMENTO DE ESTUDOS SOBRE A ESCOLA PRIMÁRIA

Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz (UFRN)

Maria Inês Sucupira Stamatto (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

O presente artigo trata-se de uma análise quantitativa e qualitativa de dissertações e teses, publicadas nos anos de 2005-2018 pela UFRN, que abordam sobre a temática das instituições educativas, especificamente sobre os grupos escolares norte-rio-grandenses. Pretendemos através dessa pesquisa, analisar o crescimento das produções acadêmicas sobre o tema, bem como compreender como as mesmas colaboraram para a construção de uma historiografia das instituições educativas públicas, surgidas no início do século passado, no Rio Grande do Norte e que tiveram relevância na formação da escola primária republicana. Utilizamos como categorias de análise os seguintes critérios: os objetivos dessas pesquisas; os referenciais teórico-metodológicos; os tipos de fontes que os pesquisadores privilegiaram ou que tiveram acesso durante a pesquisa; e as justificativas dos autores para a relevância do estudo. A fim de compreendermos o nosso objetivo buscamos trabalhar com a análise de conteúdo. Em meio aos resultados alcançados observamos que as produções acadêmicas em geral buscaram colaborar na construção da história das instituições escolares públicas do estado, bem como no conhecimento da educação no Rio Grande do Norte, visto que as pesquisas não se centralizavam apenas nos objetos, mas as relacionavam a educação em geral. Como também, podemos apontar que mesmo com suas especificidades, as abordagens teórico-metodológico escolhidas pelos autores possuíam proximidades de pensamento, as fontes utilizadas eram diversas em sua tipologia. Por fim, compreendemos que tal pesquisa contribui para o conhecimento do que tem sido produzido na História da Educação do Rio Grande do Norte acerca do assunto abordado, bem como compreender como está sendo construída a historiografia das instituições educativas primárias no Estado.

Palavras-chave: Grupos Escolares; Historiografia; Mapeamento.

O REGIME DIDÁTICO NOS REGIMENTOS DAS ESCOLAS DE ENSINO PRIMÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE (1925)

Rayssa Cyntia Baracho Lopes (Instituto Brasil)

Maria Eduarda Câmara (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

O objetivo deste trabalho consiste em estudar as deliberações do regime didático nos regimentos das escolas de ensino primário do Rio Grande do Norte. Para isto, analisamos os regimentos internos, publicados pelo Departamento de Educação do Estado do Rio Grande do Norte no ano de 1925, referente aos grupos escolares, escolas rudimentares e escolas isoladas. No que concerne aos aspectos metodológicos, utilizou-se de uma pesquisa de cunho documental. Com o intuito de aprofundar as discussões, este trabalho fundamenta-se nos autores Azevedo (2016), Lima (1927) e Alves e Nascimento (2013), os quais discorrem sobre a história da educação no Rio Grande do Norte. Para a análise dos regimentos, discutiremos a escrita de Estado a partir de Chartier (1988) e a discussão sobre lei segundo Thompson (1998), além de relacionar o regime didático da época com as reflexões de Foucault (1987). Observamos que esses documentos foram formulados em um determinado contexto sociocultural, econômico e político os quais influenciaram sobremaneira os objetivos pedagógicos inseridos nos regimentos e que estes atentavam à caracterização de regime de ensino a partir das considerações sobre os métodos, a postura do professor, bem como o material didático utilizado nessas modalidades de escola: rudimentar, isolada e grupo escolar. A partir desse estudo, pretende-se contribuir com pesquisas referentes à temática da história da educação, bem como fomentar novos debates e discussões suscitados acerca dos modelos e modalidades de escola na primeira metade do século XX no Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Educação; Regimentos; Escola Primária; Regime didático.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ENGENHEIRO: UM ENFOQUE NAS METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Ricardo Luiz Perez Teixeira (UNIFEI)

Cynthia Helena Soares Bouças Teixeira (UNIFEI); Max Leandro de Araújo Brito (FANEC)

2) Instituições escolares e política educacional

As políticas educacionais brasileiras voltadas para a formação profissional do engenheiro sofreram mudanças significativas desde a criação dos primeiros cursos de engenharia no país. Contudo, somente a partir da última década ocorreu um maior incentivo para adoção de metodologia ativas no processo de formação do profissional. O uso de metodologias ativas tem como foco principal a reflexão e a intervenção nos currículos de engenharia, aliando habilidades técnicas a serem desenvolvidas com melhores formas de aprendizagem. O presente estudo tem por objetivo discutir as políticas educacionais e a formação profissional do engenheiro a partir da experiência em um curso de engenharia em uma Universidade Federal brasileira. A metodologia utilizada foi quali-quantitativa, consistindo na análise da utilização de Metodologias Ativas em duas disciplinas do curso de Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Itajubá, Campus de Itabira. Na disciplina de Ciências dos Materiais foi utilizada parcialmente a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), onde os alunos foram incentivados a associar o conhecimento da literatura de referência com o aprendizado prático e laboratorial. Na disciplina de Processos de Manufatura também foi utilizada a Aprendizagem Baseada em Problemas para discussão dos diversos tipos de conformação plástica de metais para o Engenheiro de Materiais, além do grupo de estudantes do curso de Engenharia Mecânica. Os resultados indicaram que os discentes são favoráveis e demandam a utilização dessas metodologias. Por fim, o estudo conclui que a experiência no curso de engenharia da Universidade é relevante para a formação profissional do engenheiro, porém as instituições brasileiras ainda não se adequaram totalmente às novas demandas das políticas educacionais, o que exige uma readequação nos currículos de engenharia e seus Projetos Políticos Pedagógicos.

Palavras-chave: Educação Profissional; Ensino de Engenharia; Aprendizagem Baseada em Problemas.

EDUCAÇÃO E ESPAÇO PÚBLICO EM HANNAH ARENDT: UMA TRAMA CONCEITUAL POLÍTICO-FILOSÓFICA FACE A LEI Nº 13.415, QUE RETIROU A OBRIGATORIEDADE DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA

Roberto Ribeiro da Silva (UFRN)

4) Livros, leitura e impressos escolares

O presente trabalho tem por objetivo analisar a reflexão político-filosófica de Hannah Arendt, que num tom de crítica ao modelo solipsista de fundamentação surgido na modernidade. Buscando inspiração no fundamento da coletividade e da tradição política clássica, Arendt traz à tona o conceito de Espaço Público como essencial ao estabelecimento de uma verdadeira experiência política. Alicerçado metodologicamente na análise bibliográfica de obras como a *A Condição Humana*, este trabalho traz elementos fundamentais à reflexão sobre a educação frente aos desafios atuais no campo educacional. O ser para se afirmar no espaço político é auxiliado pela palavra e pela ação como processo educativo e ao mesmo tempo forjando o debate público que constitui o próprio fundamento da vida política dos 'sujeitos educados', nesse sentido, a atual reforma educacional nega à escola esse espaço ao retirar a obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia e Sociologia. O presente estudo busca ampliar a discussão acerca da disciplina de Filosofia na escola, sem seu auxílio a educação das gerações futuras, os 'novos' que chegam ao mundo pela natalidade são comprometidos em seu acesso ao mundo comum. Na perspectiva do pensamento arendtiano, lançando um olhar às suas origens na tradição clássica e perpassando pelas demais formas de sua abordagem com ênfase na educação no ensaio intitulado 'A crise na educação' Arendt estabelece o foco desta sua crítica. Concluímos que a reflexão arendtiana nos possibilita perceber elementos que irão nos auxiliar no estabelecimento de uma análise dos reais objetivos obscurantistas da atual reforma que continua a triste história de intermitência no Ensino de Filosofia na educação brasileira.

Palavras-chave: Educação; Política; Reforma Educacional; Filosofia.

POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O CASO DO MOBREAL NO MUNICÍPIO DE RIACHUELO-RN

Rodrigo Wantuir Alves de Araújo (UFRN)

Maria Inês Sucupira Stamatto (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Este é um trabalho de pesquisa e análise sobre o programa MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização – no município de Riachuelo-RN. O objetivo principal é o de compreender o funcionamento deste programa de alfabetização de jovens e adultos no município, analisando o seu funcionamento, formação de professores, método de ensino, constituição das aulas identificando o seu modelo programático inseridos no contexto histórico. A metodologia de pesquisa predominantemente é a da história oral versada em entrevistas orais e transcritas, narrativas e depoimentos dos principais agentes envolvidos no MOBREAL compuseram o teor desse trabalho. Foram utilizados outros documentos, como fotografia e arquivos da Prefeitura Municipal de Riachuelo-RN que permitiram o diálogo com as fontes orais, a construção e análise deste programa. Mediante tais circunstâncias obtivemos um panorama local do funcionamento desta política pública de educação do Governo Militar no município de Riachuelo-RN identificando seu direcionamento e atendimento local.

Palavras-chave: Educação; História da Educação; MOBREAL; Jovens e Adultos; Riachuelo-RN.

FALAS SILENCIADAS: RELATOS DE MULHERES EDUCADORAS SOBRE A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Roselia Cristina de Oliveira e Rosália de Fátima e Silva (EENB - SEEC/RN)

Rosália de Fátima e Silva (UFRN)

3) Intelectuais e projetos educacionais no Rio Grande do Norte

A pesquisa tratou da reinterpretação da Campanha de pé no chão também se aprende a ler. Para o alcance deste objetivo, utilizamos fragmentos de discursos pronunciados por cinco mulheres/educadoras, que atuaram no projeto de alfabetização, desenvolvido pela Prefeitura de Natal no início dos anos 1960. A unidade de referência principal desta pesquisa se constitui das falas desses cinco sujeitos participantes do referido projeto. Partindo dos seus relatos, buscamos compreender a rede de relações que circunda a equipe da prefeitura, e principalmente que configura e desvela os sentidos do projeto tal como é percebido na atualidade por essas protagonistas. Procuramos perceber de que forma essas mulheres visualizavam sua prática educativa e os motivos que as levaram a participar de um projeto considerado, na época, como popular e democrático. Desenvolvemos este trabalho a partir da metodologia compreensiva do discurso (KAUFMANN, 1996), entrelaçando as entrevistas e as teorias. As considerações finais revelam o quanto o preconceito, o medo e a violência rondaram a década de 1960, fazendo-se presente no cotidiano local, particularmente através do olhar dessas cinco mulheres/educadoras. E como a gestão do Prefeito Djalma Maranhão foi caracterizada como aberta, democrática, popular e subversiva, sendo considerada pela Polícia Política da época, como de grande ameaça à ordem política e social do Estado. Seus olhares nos apontam ainda caminhos para que possamos ampliar o debate acerca da educação popular na Década de 1960.

Palavras-chave: Falas; mulheres/educadoras; alfabetização; silêncio; subversão.

EDUCAÇÃO OU EVANGELIZAÇÃO? VESTÍGIOS DA ATUAÇÃO DE KATHERINE PORTER EM NATAL

Sandra Cristina da Silva (SEEC- PE)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

A presença protestante em solo brasileiro e suas estratégias de conquista e sedução de adeptos, passou pela via educativa. Entretanto, na historiografia da educação no Rio Grande do Norte há poucos estudos que discutam essa influência, o que também ocorre em outros estados da federação. Desde meados do século XIX foi possível identificar a influência desse novo grupo de outsiders cujo objetivo foi mais além que apenas arregimentar para a 'nova fé': criaram uma rede de relacionamento e sociabilidades. Destacamos, assim, o papel do Colégio Americano de Natal e de uma de suas professoras: Katherine Porter. Esta Instituição funcionou na capital potiguar de 1895 a 1907, sendo uma das primeiras instituições protestantes do nordeste (provavelmente a segunda, já que a primeira foi a de Laranjeiras, Sergipe). Katherine costumava escrever cartas em inglês relatando os percursos do trabalho evangelístico e educacional. Os indícios encontrados nos impressos confessionais, em edições diversas, registraram vários acontecimentos históricos do Rio Grande do Norte, o que nos permite observar os impressos como importante fonte para perscrutar, analisar e inferir acerca do passado, como um todo, e sobre a historiografia da educação protestante, em particular. O objetivo desse artigo foi discutir a presença da mulher como elemento de relevância na proposta reformada presbiteriana, tanto nas instituições menores, literalmente ao lado (ou dentro) dos templos religiosos, quanto nos colégios instalados, em grande parte, nas capitais ou em cidades estratégicas do interior. Por meio de fontes impressas, jornais e revistas confessionais da transição do séc. XIX para o XX, consultadas na cidade de Natal e em São Paulo, o estudo foi levado a cabo, tendo como categorias de análise leitura, circulação e apropriação (CHARTIER, 2007). Elas ajudaram a problematizar de forma mais densa os modos de prescrever o feminino inserido numa cultura protestante, balizada pelos impressos e a identificar que a formação de meninas nos colégios de orientação presbiteriana, como no caso do Colégio Americano de Natal, sugeriu, de certa forma, um modelo de mulher, uma vez que perpetuavam uma idealização feminina. Analisar periódicos impressos e editados em Natal/RN permitiu-nos compreender um pouco o que circulava na imprensa protestante, no século XIX, em uma cidade ainda não tão desenvolvida, mas que passou a contar com uma instituição educacional, o Colégio Americano, quase 10 anos antes do Recife, sendo esta mais desenvolvida no que tange à economia e à política.

Palavras-chave: Mulher; Impressos Protestantes; Docência; Imprensa; Educação Protestante.

ENSAIANDO O OLHAR: A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA A PARTIR DA FOTOGRAFIA

Sarah de Lima Mendes (UFRN)

Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Os conhecimentos produzidos acerca da História da Educação Infantil nos permite dialogar com as especificidades de cada instituição de acolhimento à infância e concomitantemente com as vivências culturais desenvolvidas no seio da escola, possibilitando conhecer os sujeitos, as práticas pedagógicas e os espaços compreendidos como locus do saber. Nessa perspectiva, objetivamos analisar as práticas escolares produzidas no cotidiano do Jardim de Infância Modelo de Natal, nos anos de 1953 à 1965, sob a ótica da fotografia. As fotografias, retratam a história do primeiro Jardim de Infância da Capital do Rio Grande do Norte, guardando em suas imagens visuais as memórias da instituição, corroborando para a representação da criança e sua infância escolar, assim como, de uma cultura educacional específica da pequena infância. As fotografias provocam no leitor o encanto sobre o universo infantil e sua cultura, normatizando uma infância e prescrevendo a criança ideal. Neste sentido, que nos alicerçamos em teóricos da Infância (Sarmiento, 2007) e (Heywood, 2004), e da Imagem Fotográfica (Burke, 2016) e (Kossoy, 1980, 2007, 2009) e Representação (Chartier, 2002), com o intuito de tornar “visível” as crianças e as práticas educativas que visavam a formação de uma infância escolarizada. Como uma “máquina do tempo”, o conteúdo fotográfico expressa momentos do cotidiano escolar, festividades e ocasiões cívicas, tais como: brincadeiras, festa de formatura, dia das mães, festa junina, dia das crianças, desfile cívico, entre outros. Por fim, este documento visual é capaz de revelar vestígios do passado, ou seja, elementos da vida cotidiana, da cultura material de uma determinada sociedade, além de evocar sujeitos, lugares e objetos ausentes.

Palavras-chave: Prática Educativa; Cultura Escolar; Iconografia; Jardim de Infância.

O JARDIM DE INFÂNCIA AUREA BARROS: UMA BREVE HISTÓRIA

Sarah de Lima Mendes (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Estudar a História das Instituições de Educação Infantil nos permite estabelecer relações com a história da infância e da criança, e compreender as concepções pedagógicas que fundamentam as propostas e práticas educacionais direcionadas para as crianças de zero a seis anos de idade. Ao focar este conjunto de temas temos a possibilidade de compreender parte da História da Educação Infantil, o qual nos revela que tanto as creches, jardins de infância ou escolas maternas, constituíram-se como instituições de cuidado e somente, posteriormente, como instituições de ensino. O presente artigo apresenta dados que encontra-se em fase inicial e objetiva abordar a implantação do Jardim de Infância Aurea Barros no Município de Natal/Rio Grande do Norte, na década de 1930, na busca de compreender as práticas educativas destinadas criança pequena. Como procedimento teórico-metodológico adoto o uso de pesquisas bibliográficas com ênfase em autores que se ocupam em analisar a História da Educação Infantil, como Kuhlmann Junior (1998). Como critério de análise nos apoiamos aos estudos referentes a História Social da Infância (Heywood, 2004) e Cultura Escolar (Julia, 2012) servindo de viés condutor na idealização da escola como um espaço de produção de saberes, de formação hábitos e comportamentos civis. Ao que concerne os procedimentos metodológicos, debruçamo-nos sobre as mensagens governamentais, a legislação educacional e jornais do acervo do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte. Assim, busco a partir da pesquisa documental à reconstituição de dados históricos e análises de como ocorreu à fundação das primeiras instituições de educação infantil no município de Natal. Nesta perspectiva, buscamos compreender a origem das instituições de educação infantil, ponderando a relevância histórica e social desses primeiros espaços educativos para a criança natalense.

Palavras-chave: História da Instituição; Jardim de Infância; Prática Educativa.

UM BREVE ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROJovem E SUAS FACES NO BRASIL

Silvânia Francisca Dantas (IFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Este artigo tem como objetivo, discorrer sobre a implantação do Projovem e suas faces no Brasil. Para a sua produção, adotamos os procedimentos metodológicos da revisão bibliográfica e documental. Na construção do embasamento teórico, referenciamos autores como Carneiro (2015) e Oliveira (2013), para falar sobre políticas educacionais de inclusão para jovens. Já para discorrer sobre a proposta do Projovem, usamos documentos como Brasil (2012), Brasil (2015). Quanto ao Projovem e suas faces, tomamos como referência autores como Ramos (2011), Bezerra (2011), Salgado (2012), entre outros, bem como de documentos como Brasil (2008). Nesse contexto, os resultados da pesquisa nos mostram que o Projovem Adolescente foi implantado visando a complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O Projovem Campo, criado no intuito de fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade com a conclusão do Ensino Fundamental, qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. O Projovem Trabalhador, destinado a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego e membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo. E, o Projovem Urbano, cuja finalidade é proporcionar aos jovens a formação integral, por meio de uma associação entre formação básica (elevação da escolaridade, proporcionando a conclusão do ensino fundamental), a qualificação profissional (com certificação de formação inicial) e participação cidadã (com a promoção de uma experiência de atuação social na sociedade).

Palavras-chave: Projovem; Faces; Brasil; Políticas educacionais.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ NO PERÍODO REPUBLICANO

Tainá da Silva Bandeira (UFRN)

Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes (UFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

O seguinte trabalho tem por objetivo analisar os primeiros espaços escolares de ensino profissional que foram implantados no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte. Ao questionarmos em que medida o ensino direcionado para o trabalho foi se constituindo no município de Mossoró, partimos dos campos de pesquisa da História das Instituições Escolares e Educação Profissional, nos apropriando dos estudos de Magalhães (2004) na sua obra *Tecendo Nexos*, para o primeiro campo, e Cunha (2005) com seu estudo *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. Utilizando como metodologia a análise documental, direcionamos o olhar para as seguintes fontes: documentos das primeiras instituições, obras memorialísticas da Coleção Mossoroense e jornais da época tanto impressos, localizados no Museu Municipal Jornalista Lauro Escóssia, como digitalizados no site da Hemeroteca Digital. Além disso, nos apropriamos de estudos e trabalhos científicos como artigos, dissertações e teses. Nossas investigações nos esclareceram que o ensino comercial foi o primeiro a ser pensado e praticado na cidade, mesmo que informalmente. A Escola Normal foi a primeira escola de ensino profissional a ser institucionalizada e, posteriormente, a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral. Também foi identificado que o ensino profissional foi determinado pela dinâmica social do município e a sua constituição nesse espaço urbano reafirmou as dualidades hierárquicas do contexto socioeconômico mossoroense. A Escola Normal e a Escola Técnica de Comércio União Caixeiral possuíram características diferenciadas quanto a sua implantação principalmente no que tange ao seu quadro inicial, estrutura física, currículo e visibilidade nos âmbitos da cidade devido ao fato de atenderem sujeitos de diferentes classes sociais.

Palavras-chave: Instituições educativas; Ensino Profissional; Ensino profissional em Mossoró.

NARRATIVAS DE IDOSOS E A HISTÓRIA EDUCACIONAL DO SERTÃO DO SERIDÓ: ETNICIDADE E EMPODERAMENTO

Tânia Cristina Meira Garcia (UFRN)

Tulia Ferananda Meira Garcia (EMCM-UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Introdução: A história educacional brasileira revela privilégios que colocaram parte da população, entre elas a comunidade afrodescendente, à margem do sistema educacional. Valendo-se de relatos autobiográficos de professoras afrodescendentes o estudo revela nuances sobre a inserção, sobre o processo de formação e construção de identidade. Em busca da compreensão de processos de formação em área do sertão do Seridó Potiguar, Estado do Rio Grande do Norte, no nordeste do Brasil, a Base de Pesquisa História e Educação do Centro Regional de Ensino Superior do Seridó - CERES, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, centra interesse na História e Educação e dialoga com a Gerontologia, colocando em evidência a pessoa idosa como protagonista da história e importante narrador do vivido. Objetivo: Descrever inserção das professoras afrodescendentes, demarcando elementos históricos e apontando aspectos sociopolíticos; articular memórias da educação, narrativas de idosos e empoderamento. Método: Pesquisa histórico-antropológica apoiada em narrativas de professoras afrodescendentes, hoje idosas, que atuaram e ainda atuam no sertão do Seridó e levantamento de dados de fontes documentais sobre registros escolares. Resultados: O ingresso da professora afrodescendente Seridó acontece na cidade de Caicó na década de 1960. Narrativas referem trajetória de vida marcada por práticas discriminatórias e formação docente como modo de subverter a realidade imposta. As narrativas das professoras denunciam ausência de referências para o trabalho com etnia em sala de aula. Conclusão: A ruptura entre cultura escolar e processos socializadores gerados pela escola ratifica a importância da preservação da memória que, apesar do avanço da tecnologia e dinâmicas sociopolíticas, traz na fala dos idosos, referência para História da Educação e Memória Social e evidencia que a memória pode ser agente transformador da realidade.

Palavras-chave: Ensino; História da educação; Narrativas de idosos.

CASCUDO E A ESCRITURAÇÃO DE SI: INFÂNCIA E EDUCAÇÃO N'O TEMPO E EU

Tatiê Silva Cardoso de Moura (UFRN)

Olivia Morais de Medeiros Neta (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

Objeta-se com este trabalho fazer uma análise das autobiográficas Luís da Câmara Cascudo na obra “O Tempo e Eu: Confidências e proposições”, tendo como enfoque a infância e a educação. A obra “O Tempo e Eu: Confidências e proposições” foi publicada em 1967, se configurando como uma escrita autobiográfica. O estudo delinea-se a partir de revisão documental do jornal A Republica, consultado no Arquivo Público do RN, e bibliográfica. Teoricamente, a pesquisa tem por base os entendimentos de escrita de si como escrita da história, de Ângela de Castro Gomes e autor e autoria conforme Foucault no livro “O que é um autor?”. Pela análise, percebeu-se que Cascudo discorre sobre sua infância na medida em que aborda sua formação educacional. A infância e a educação para Cascudo estão em simbiose, sendo esta constituída pela associação entre o brincar, a afeição pela leitura, e cautelas familiares em um contexto de privilégios econômicos e sociais, em uma época que havia a predominância da pedagogia tradicional e do ensino domiciliar na educação da elite nordestina.

Palavras-chave: Palavras-chave: Cascudo; Infância; Educação; Autobiografia.

ILUMINISMO PORTUGUÊS E INSTRUÇÃO PÚBLICA: AS CONTRIBUIÇÕES DE ANTÔNIO RIBEIRO SANCHES AOS PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Tiago Silva Medeiros (UFRN)

Antônio Basílio Novaes Thomaz de Meneses (UFRN)

3) Intelectuais e projetos educacionais no Rio Grande do Norte

A segunda metade do século XVIII em Portugal foi um momento de várias mudanças para o reino e suas colônias. A formulação de obras debatendo a educação no reino, as contribuições do iluminismo e a ascensão ao trono de D. José I e de seu secretário Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, marcam algumas das transformações que mudaram a administração do reino, e conseqüentemente, o cenário pedagógico da metrópole e suas posses. Com a colaboração de Antônio Nunes Ribeiro Sanches, considerado um dos iluministas portugueses, e sua obra “Cartas sobre a Educação da Mocidade”, o cenário educacional na Metrópole portuguesa sofre mudanças teóricas e institucionais que promovem uma nova concepção de instrução pública e de civilidade. Destarte, o presente artigo irá contribuir para o debate do processo civilizador, mais especificamente, analisando os aportes do Iluminismo português para as Reformas Pombalinas da Educação e averiguando as mudanças no sistema educacional nas Capitanias do Norte (Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte). Teoricamente estaremos orientados pelo sociólogo alemão Norbert Elias, ao pensar a educação como um condicionante em que os homens se tornaram civilizados em um processo histórico de ensino-aprendizagem que se tornou, também, essencial ao chamado desenvolvimento dos modos e condutas responsável pela formação de um modelo de civilização, tanto na Metrópole como nas colônias da América. Como proposta metodológica, nos aproximamos da perspectiva da História Social do Conhecimento do historiador inglês Peter Burke, pois ao analisar a obra do filósofo Antônio Nunes Ribeiro Sanches, além dos Manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino analisar-se-á a prática, a recepção e o comportamento dos pressupostos educacionais do Iluminismo Português nas Capitanias de Pernambuco e anexas. A partir da análise documental constatamos que os pressupostos educacionais do Iluminismo português tiveram dificuldades para serem implantados na colônia, graças a interferência da igreja, dificuldades com subsídios literários e o comportamento lascivo por parte dos professores, com isso logrando poucos resultados imediatos no Processo Civilizador.

Palavras-chave: Educação; Período Colonial; Processo Civilizador; História Social do Conhecimento.

O CENTRO DE FORMAÇÃO DE PESSOAL PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE E SEU CAMINHAR NA SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE

Thais Paulo Teixeira Costa (IFRN)

Janete Lima de Castro (UFRN); Lenina Lopes Soares Silva (IFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

Neste trabalho busca-se analisar as atividades desenvolvidas pelo Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa (CEFOPE/RN), localizado em Natal, no Rio Grande do Norte, no período de 1984 a 1996, tendo como suporte de análise a pesquisa realizada por Germano (1996). O CEFOPE/RN tem relevância nacional por sua experiência pioneira na área de Educação Profissional em Saúde no Brasil e também por ser uma das primeiras Escolas de Formação para os serviços públicos de saúde. Assim, tendo em vista a relevância do registro histórico foi realizada uma investigação sobre a trajetória deste Centro para compreender a inserção deste Centro como uma das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS) cuja trajetória em seus anos iniciais, possibilita verificar os cursos oferecidos no período em estudo por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, bem como o pioneirismo de sua atuação na formação de recursos humanos em saúde. Os resultados apontam que o CEFOPE/RN ofereceu 140 cursos nas Regionais de Saúde do Rio Grande do Norte no período, sendo 112 cursos de Auxiliar de enfermagem, 11 de Auxiliar de patologia clínica, 9 de Atendente de consultório dentário, 5 de Auxiliar de nutrição e dietética e 3 de Suplementação técnico de enfermagem. Considera-se que são importantes os resultados encontrados, notadamente porque ocorriam no cenário político de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Observa-se, ainda que em seus anos iniciais pode-se constatar a descentralização e a oferta de diferentes cursos, com predominância dos cursos vinculados à enfermagem em Natal e Grande Natal. Por fim, é possível concluir que nessa escola de formação para os trabalhadores do SUS esses eram atendidos em suas necessidades de qualificação e que o CEFOPE/RN conseguiu desenvolver um dos grandes desafios do SUS, qual seja, o desenvolvimento de suas ações de maneira descentralizada, destacando-se a formação de recursos humanos que já atuavam na saúde pública, o que, sobremaneira, potencializa a garantia da atenção de boa qualidade, necessária aos cuidados e à execução das atividades dos serviços de saúde disponíveis para a população.

Palavras-chave: Educação Profissional em Saúde Pública; História; Política.

INDISCIPLINA EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES: ASPECTOS SOCIAIS, POLÍTICOS E HISTÓRICOS NA CONCEPÇÃO DE PEDAGOGAS

Tuanny Cavalcanti Leite (UFRN)

Géssica Fabriely Fonseca (UFRN); Max Leandro de Araújo Brito (FANEC)

2) Instituições escolares e política educacional

A indisciplina assume diferentes significados e interferências do contexto social, político e histórico. Quando relacionada aos comportamentos considerados inadequados para determinada relação social pode estar associada a ações coercitivas e punitivas com o intuito de condicionar os sujeitos a emitir determinados comportamentos. Tendo em vista o contexto apresentado, o estudo tem por objetivo analisar concepções de pedagogas acerca dos aspectos sociais, políticos e históricos da indisciplina escolar na educação infantil e no ensino fundamental. A presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa. Quanto aos instrumentos de coleta de dados foram utilizados questionários com perguntas abertas e fechadas. As participantes da pesquisa são professoras que atuam na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental em uma instituição de ensino vinculada a rede privada na cidade de Natal/RN. Quanto ao procedimento analítico dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. As categorias foram definidas a posteriori, a partir das leituras e inferências acerca das concepções explícitas nas respostas aos instrumentos de coleta de dados. Como resultados o estudo apresenta as principais concepções das pedagogas acerca do comportamento das crianças na escola e os significados atribuídos à noção de disciplina ou indisciplina. O estudo conclui que nas concepções das pedagogas existe convergência para a responsabilidade da família, no ato de educar e incentivar a aprendizagem de regras e atitudes sociais, e dos professores, como uso de novas metodologias para o ensino em sala de e contextualização do cenário educacional atual.

Palavras-chave: Disciplina; Escolas; Ensino.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E RELIGIOSA: A EXPERIÊNCIA JESUÍTICA NO RIO GRANDE COLONIAL

Úrsula Andréa de Araújo Silva (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

A experiência jesuítica no Brasil apresenta diversas nuances e narrativas que descrevem a relação do jesuíta com índio, com o colono e as ações decorrentes desse contato, tudo como reflexo de uma política metropolitana e suas adaptações na Colônia. O principal agente dessa política era o jesuíta, aliado da Coroa e representante da Igreja. O jesuíta passava por uma preparação profissional meticulosa nos Colégios antes da experiência missional que produzia um verdadeiro gestor, aliando a necessidade espiritual e material num mesmo ser. Apresenta-se, nesse trabalho, dois papéis – religioso e artesão – desempenhados pelos jesuítas para atingir o objetivo da catequização. Para o desenvolvimento da pesquisa, utiliza-se referências que discutem a presença dos jesuítas no Brasil tanto observando o intuito espiritual, bem como a importância dos trabalhos manuais para a aproximação e fixação das populações indígenas nas missões. Entende-se que toda a preparação anterior à experiência colonial pode ser enquadrada no conceito de educação profissional, visto que o missionário era treinado durante sua formação para a execução do trabalho com os nativos. Apresenta-se fontes documentais produzidas pelos jesuítas sobre a sua experiência e análises produzidas por estudiosos locais. O espaço de estudo é o Rio Grande colonial e as narrativas decorrentes da vivência nessa localidade. Os resultados ainda são incipientes, visto que a pesquisa é nova e ainda está na etapa de mapeamento de dados mais específicos.

Palavras-chave: Jesuítas; Rio Grande Colonial; Educação Profissional.

HISTÓRIA DOS MATERIAIS DIDÁTICOS DE ENSINO RELIGIOSO DO RIO GRANDE DO NORTE

Valdicley Euflausino da Silva (UERN)

Araceli Sobreira Benevides (UERN)

4) Livros, leitura e impressos escolares

Buscamos neste trabalho ampliar as investigações sobre a história dos materiais didáticos de Ensino Religioso do Estado do Rio Grande do Norte (SILVA, 2014; SILVA, 2015; SILVA, 2016; SILVA; BENVÍDES, 2017a; SILVA; BENVÍDES, 2017b), com o intuito de entendermos os percursos construídos ao longo das últimas décadas que antecederam a grande mudança das práticas do Ensino Religioso. De caráter mais pedagógico, a abordagem discute atualmente a pluralidade e a diversidade religiosa, a partir do fenômeno religioso. Nosso corte temporal remete ao período da década de 1970, cujas ações transformativas para um ER não confessional começam a emergir no Estado, até a primeira década do século XXI, em que se consolidam ações docentes de cunho pluralista e pedagógico, ancorados a partir da formação em Ciências da Religião, ofertado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Em termos metodológicos, utilizamos enquanto corpus de análise, transcrições de uma entrevista semiestruturada realizada com a professora Maria Augusta de Sousa em abril de 2016. A docente foi atuante neste Componente Curricular entre os anos de 1973 e 2015. A mesma foi uma das pioneiras das transformações da área tanto em âmbito estadual quanto nacional, tendo organizado diversos cursos de formação para os docentes da área. Estes cursos culminaram na elaboração dos materiais produzidos no RN. Consta-se também, que ela foi uma das idealizadoras da Comissão de Ensino Religioso do Rio Grande do Norte – CER – RN, que esteve vinculada junto à Secretaria de Educação do Estado. As análises indicam que os materiais didáticos produzidos pela comissão do Estado do RN foram a Proposta Curricular (1976); a Cartilha de Deus (1981); a Proposta Curricular do Ensino Religioso (1994); os Cadernos Pedagógicos de Ensino Religioso I e II (primeira edição, 2000); e, os Cadernos Pedagógicos de Ensino Religioso I e II (segunda edição, 2009). No ínterim dessas ações pedagógicas, os materiais didáticos aparecem como contributo nesse processo de desenvolvimento, pois consolidam materialmente as concepções teóricas e metodológicas de cada época. Cabe destacar que todos os materiais didáticos produzidos tinham como destino o processo de aprendizagem e formação dos professores, grande preocupação da CER-RN. Desse modo, não houve nenhuma produção destinada diretamente aos alunos. As conclusões dessa investigação, ainda em andamento, apontam que esses objetos pedagógicos trazem diversas marcas que remetem aos respectivos períodos de produções; apresentam condicionamentos técnicos, econômicos, pedagógicos, políticos e sociais situados sócio e historicamente; e, foram produzidos por sujeitos cujos discursos

mobilizam saberes e conhecimentos didático-pedagógicos heterogêneos sobre o Ensino Religioso.

Palavras-chave: Materiais Didáticos; Ensino Religioso; Educação; Rio Grande do Norte.

AS MUDANÇAS NA CARREIRA DOCENTE E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NOS IF: AVANÇOS E RETROCESSOS

Juliana Kelle da Silva Freire Barbosa (IFRN)

Olívia Morais de Medeiros Neta (UFRN/IFRN)

2) Instituições escolares e política educacional

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) vem se destacando na pesquisa educacional no Brasil, face a implementação de um amplo conjunto de reformas educacionais e à criação de diversas políticas públicas e programas governamentais relacionados à temática. Dentre as diversas ações do Governo Federal em relação a essa modalidade de educação, encontra-se a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), que tem evoluído tanto de forma quantitativa como qualitativa com a autorização de criação dos Institutos Federais (IF). Com a nova institucionalidade dos IF, vieram algumas outras mudanças no que diz respeito à carreira docente. Anterior à 2013, a carreira docente do Magistério Federal foi regulamentada por diversos atos normativos. Para uma melhor compreensão da carreira docente atual, na qual os professores ao ingressarem na instituição acedem à Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), devendo atuar em todos os níveis e modalidades de ensino ofertadas pela instituição, para isso, faz-se necessário resgatar alguns dados históricos, que ilustram de forma detalhada os avanços e os retrocessos da carreira docentes do IF. Somado a isso, é imprescindível perceber a sua importância e as conquistas adquiridas, principalmente, no cenário da expansão da Rede Federal. Os investimentos em novos campi e abertura de novos cursos e modalidades de ensino são, conseqüentemente, responsáveis pela demanda de professores que atuarão nesse novo contexto. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo de estudo analisar as mudanças na carreira docente nos IF, após a criação e expansão da Rede Federal, permitindo identificar os avanços e os retrocessos, de modo a compreender se essas mudanças contribuíram positivamente para o desenvolvimento profissional desses professores. Como orientação metodológica, realizou-se uma pesquisa descritiva de caráter documental e bibliográfico, nos permitindo alcançar o objetivo proposto. As concepções estabelecidas para essa pesquisa foram analisadas por meio de uma abordagem qualitativa com predominância de tratamento dos dados através da interpretação histórica. Discutimos a temática tendo como base de explicação o materialismo histórico dialético. Essa pesquisa dialoga com diversos autores que versam sobre os IF, a exemplo de Silva (2009), sobre a carreira nos IF, como Dominik (2017), Rangel e Canello (2012) e acerca da formação de professores e o seu desenvolvimento profissional, tais como García (1999), Imbernón (2011;2016), dentre outros que apresentam, significativamente, uma gama de questões pertinentes para entender as mudanças na carreira docente do IF e em que medida essas mudanças contribuíram para o

desenvolvimento profissional docente. Como resultado desse estudo, evidencia-se que o maior problema da carreira EBTT é que o professor atua desde a educação básica (EB), passando pelo Ensino Técnico (ET) e, abrangendo até o Ensino Superior Tecnológico e de Licenciaturas e, à vista disso, há muitos pontos de discussões porque é uma carreira cuja atuação não se limita apenas à EB e muito menos ao ensino superior somente. Por isso, existem debates no sentido de unificação das carreiras do EBTT e do Magistério Superior com o intuito de correção das distorções, inclusive financeiras entre elas. No entanto, as conclusões desse estudo apontam que a lei que reestrutura a carreira docente do IF equipara os professores da carreira EBTT com os de Magistério Superior, por assim dizer, essa lei vem não só garantir a equiparação estrutural, mas também salarial, aproximando essas duas carreiras, do ponto de vista do desenvolvimento, da perspectiva de entrar no Magistério Federal, como ascender dentro desta carreira e se aposentar nela, de igual modo à carreira do Magistério Superior, com a consequente equiparação salarial. Conclui-se, também, que a carreira EBTT oportuniza os professores ascenderem profissionalmente, tendo em vista que estes são estimulados à qualificação profissional (mestrado e doutorado) e dispõe de estruturas que fomentam a participação na pesquisa e na extensão.

Palavras-chave: Carreira Docente; Institutos Federais; Desenvolvimento Profissional Docente

GENEALOGIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA DO RIO GRANDE DO NORTE

Wguineuma Pereira Avelino Cardoso (UFRN)

Liliane dos Santos Gutierre (UFRN)

1) História e historiografia da educação no Rio Grande do Norte

A partir de uma pesquisa Mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática (PPGECNM), da UFRN, nos foi possível investigar as Linhas de Pesquisas que se voltam para a Educação Matemática, de modo que identificamos os professores-pesquisadores percussores das pesquisas desenvolvidas nestas Linhas. As Linhas investigadas pertencem a dois Programas de Pós-Graduação, da UFRN, a saber: Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e o PPGECNM. Dessa forma, o objetivo desta comunicação científica é apresentar, nesse evento parte de nossa pesquisa no que se refere a caracterização genealógica, que tem sua origem nos educadores matemáticos das Linhas investigadas, e em seguida, apresentar também uma descendência advinda dessa genealogia, que se dá pelo critério de orientação acadêmica, sendo identificado somente os descendentes que dão ou deram continuidade as pesquisas em Educação Matemática, como docentes efetivos na UFRN. Para isso, tomamos como referência o construto teórico de Fleck (2010), que defende que o conhecimento está nas atividades organizadas por comunidades de pesquisadores e que esses conhecimentos estão sempre vinculados a estilos de pensamento coletivos. Esta teoria nos deu embasamento para analisar os desdobramentos das pesquisas realizadas pelos professores percussores e como seus descendentes deram continuidade as Linhas de Pesquisa aqui citadas. Para tanto, nossas fontes de pesquisa foram os documentos institucionais dos referidos Programas, esses vistos à luz da teoria de Le Goff (2003). Consultamos os Currículos Lattes dos professores, a fim de visualizarmos seus orientandos e suas pesquisas acadêmicas. E realizamos também, entrevistas semiestruturadas (LAVILLE; DIONNE, 1999), realizadas com os professores percussores. Os resultados dessa pesquisa apontaram o professor PhD John Andrew Fossa como o primeiro representante da Educação Matemática no RN, e junta-se a ele, após algum tempo, as professoras pesquisadoras, Dra. Bernadete Barbosa Morey e Dra. Arlete de Jesus Brito. Os descendentes desses professores, que em sua maioria são egressos do PPGED, têm em suas raízes de formação profissional o efeito da sequência do processo do conhecimento, fator social que influencia o conhecimento científico, de forma que eles deram um novo ressignificado as Linhas de Pesquisa, a partir de concepções decorrentes das aproximações de seus orientadores acadêmicos. (FLECK, 20110). Os resultados desta pesquisa contribuem significativamente para a Educação Matemática brasileira, pois identifica as tendências das pesquisas no RN.

Palavras-chave: Genealogia; Linhas de Pesquisa; Educação Matemática.

II COHISME

II COLÓQUIO HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO NO RN
NATAL (RN), 29 E 30 DE MAIO DE 2018

